A CLASSE OPERÁRIA

ANO II — RIO DE JANEIRO, 2 DE AGOSTO DE 1947 — NÚMERO 84

O GRUPO FASCISTA RECUARÁ

DIANTE DA UNIÃO DE TODOS OS DEMOCRATAS

EXISTEM, AGORA, TODAS AS POSSIBILIDADES PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA AMPLA FRENTE ÚNICA, REUNINDO PATRIOTAS E DEMOCRATAS DE TODOS OS PARTIDOS, ACIMA DAS DIFERENÇAS POLÍTICAS, PARA A RECONQUISTA DA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL

Os sensores do grupo fascista receberam na própria cabeça os últimos golpes que armaram contra a democracia em nosso país, tanto no caso da cassação dos mandatos dos represenantes comunistas, como no restabelecimento da normalidade constitucional em Pernambuco. Entretanto, por mais sérias que sejam estas derrotas do grupo fascista, por mais significativos que sejam os riunfos democráticos, não podemos dormir sôbre os louros.

Estes fatos vêm entretanto confirmar que em meio à mais séria tentativa de subversão da ordem democrática pelo grupo fascista, a democracia avançou nestes três últimos meses.

Falhou totalmente um dos principais objetivos dos reacionários remanescentes do fascismo, que era isolar os comunistas das grandes massas populares, em particular da classe média, através da propagação de mentiras e calúnias, como a preparação de golpes armados, conspirações, etc.

Na tentativa de cassação dos mandatos através do TSE, visando o grupo fascista desmoralizar o Parlamento, verificou-se a demonstração concreta de confiança das grandes massas do povo ao Congresso, com passeatas como as dos ex-combatentes, dos jornalistas, das donas de casa, dos operários da Light, dos metalúrgicos. O povo demonstrou assim que os seus representantes não estavam isolados pelo grupo fascista, mas que podiam contar com o apôio das massas. Desta forma, estava sendo defendida a Constituição tantas vezes desrespeitada, estava sendo exigido o seu cumprimento, a volta ao império da lei.

Fatos como esses eram vitórias da democracia, e não há dúvida de que criaram um clima propício às duas mais recentes decisões do TSE e STF a que nos referimos aqui.

Entretanto, o grupo fascista ainda dispõe de armas que ameaçam as últimas liberdades democráticas, a mais ameaçadora das quais está no projeto de lei de excepção, de paternidade ainda desconhecida, enviada pelo sr. Costa Neto à Câmara Federal. Felizmente a opinião pública estava suficientemente alerta e vigilante para repelir com energia a nova provocação do grupo fascista. Mas o senhor Costa Neto continúa no Ministério da Justiça e o projeto da "lei tarada" não foi retirado da Câmara.

Já está suficientemente claro que o referido projeto não visa apenas os comunistas, mas a todos os democratas, todos os patriotas, todos os homens dignos. Isto foi compreendido no dia seguinte à divulgação do projeto, determinando a mais absoluta repulsa de todos os setôres da opinião pública, através do Parlamento e da imensa maioria da imprensa.

Mas desde que, apesar disso, o grupo fascista não recuou de seu intento, que é, implantar uma ditadura terrorista, nazista, desconhecida em nossa pátria, cabe a todos os democratas e patriotas lutarmos sem [illegible] contra a "lei tarada".

Existem condições objetivas e subjetivas para infligirmos ao grupo fascista uma derrota esmagadora, e que poderá ser decisiva dos destinos da democracia no Brasil. A repulsa unânime de representantes de tôdas as classes sociais contra o projeto Costa Neto é a melhor prova diso. As últimas vitórias democráticas demonstra que quando essa luta é enérgica, ampla, baseada na unidade de todos os que odeiam o regime do arbitrio e da violência, a vitória é certa. E se de um lado há fatores positivos em favor dos democratas e patriotas — criando a possibilidade de uma união de tôdas as correntes politicas — êsses mesmos fatores são fortalecidos pelos êrros diários em que incide o grupo fascista. Suas vacilações comprovam isto. Exemplo bem recente dessas vacilações é a portaria do ministro da Viação, sr. Clóvis Pestana, proibindo a irradiação dos debates da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, para recuar no dia seguinte, tornando a portaria sem efeito. A própria tentativa de cassação dos mandatos mostra que o grupo fascista pisa terreno inseguro. E na medida em que as massas se esclarecem na prática da vida política diária, educando-se com os fatos e aprendendo a combater cada vez mais decididamente pela democracia, é fatal o isolamento cada vez maior do grupo fascista, que nos seus atos desesperados apenas revela a sua fraqueza.

Que resta então para a sua completa derrota e a volta do país ao caminho da legalidade democrática?

É a experiência mais recente que nos dá resposta a esta pergunta: resta-nos realizar a unidade de todos os democratas, de todos os patriotas e anti-fascistas, de todos os homens dignos e honestos, contra o projeto de lei de exceção ora na Câmara Federal.

Neste momento, não vemos divergências ideológicas e nem mesmo politicas, não vemos diferenças religiosas ou quaisquer outras. É a própria ameaça da "lei tarada" quem desfaz essas diferenças e coloca num mesmo campo comunistas, udenistas, pessedistas, republicanos, socialistas, trabalhistas, homens, mulheres e jovens de todas as correntes politicas ou sem partido, para a formação de uma ampla frente única contra o [illegible] um inimigo que não tem pou-

(Conclui na 7.ª pág.)

CONQUISTA O POVO PERNAMBUCANO UM GOVERNO LEGAL

SOFRE UMA FRAGOROSA DERROTA O GRUPO FASCISTA

O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, deu sua aprovação a um dos artigos da Constituição pernambucana, nas suas disposições transitórias, que determina seja a chefia do govêrno do Estado exercida pelo presidente da Assembléia Legislativa, enquanto não tiver sido resolvido pelo T. S. E. a questão do pleito para governador. Pernambuco, portanto, vai liquidar agora o funesto regime das interventorias federais, ganhando um govêrno legal, exercido por um legitimo mandatário do povo.

A importância dêsse fato transcende, está claro, os limites dos interêsses regionais daquele Estado nordestino, cujo povo possui uma das mais belas tradições revolucionárias do país. No fundo da questão, o que ressalta é a derrota fragorosa do grupo fascista, que insistia em manter Pernambuco sob um regime ilegal e, há muito tempo, vem notoriamente pressionando o T. S. E. no sentido de ser proclamado eleito o candidato mais ligado ao Catete.

No que se refere ao Supremo Tribunal Federal, deve ser destacada a fidelidade da sua sentença ao espirito e à letra da Carta Magna, fidelidade que, por si só, póde representar uma vitória democrática. A todo o juiz é possivel defender a causa da democracia ao servir, corajosamente, à causa da legalidade.

Do ponto de vista politico, quando o anseio do povo pernambucano por um govêrno legal já havia recebido a calorosa simpatia de todo o povo brasileiro, a decisão do S. T. F. veio reforçar, nacionalmente, a causa da democracia.

O sr. Dutra pode compreender, agora, se refletir, um momento sequer, sôbre o desenrolar dos acontecimentos politicos no país, que é impossivel conduzir a nação pelo caminho da ilegalidade, do arbitrio e da opressão fascista. A nação quer a paz interna, condição indispensável para encaminhar a solução de gravíssimos problemas econômicos. Os atentados à lei, as explosões de ódio anti-comunista, a repressão a tudo o que signifique aspiração popular, só podem levar o país à intranquilidade profunda, ao caos e à bancarrota.

A decisão do S. T. F. sôbre o caso pernambucano foi uma lição de que o próprio sr. Dutra deve tirar ensinamentos, dos quais o primeiro é o de que a legalidade não está com o grupo fascista que o cerca, mas com aqueles que respeitam a Carta Magna de 1946, como a numerosa bancada comunista pernambucana, que contribuiu decisivamente para a elaboração da mais democrática constituição estadual do Brasil.

A DECISÃO DO T.S.E. REPRESENTOU UMA VITÓRIA DAS FÔRÇAS DEMOCRÁTICAS

Declarando-se incompetente para tratar da cassação dos mandatos e assim rejeitando, por quatro a dois votos, a suja manobra dos cinco «sábios» do PSD, o Tribunal Superior Eleitoral prestou um grande serviço à democracia. Para fazê-lo, não precisou mais do que interpretar fielmente a lei, do que obedecer à Carta Constitucional.

Realmente, para servir à democracia em nossa Pátria não é necessário mais do que uma coisa simples: respeitar a Constituição. Sempre que a Carta Magna é cumprida, é a lei que se aplica, são as liberdades democráticas que se exercem.

O TSE, ao julgar-se incompetente para cassar mandatos, aceitou tôda a exaustiva argumentação jurídica, que já havia firmado como absurda uma decisão em sentido contrário.

Mas no ato do T. S. E. houve alguma coisa a mais do que a simples fidelidade jurídica. Houve a responsabilidade que as massas lançaram sôbre os ombros dos juizes. A essa responsabilidade não póde fugir o mesmo tribunal, que, meses atrás, cassou o registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil. Ao atacar aquele ato iníquo, ao mostrá-lo como consequência da pressão do grupo fascista, as grandes massas, desde os operários e camponeses a todos os democratas e homens progressistas do país, manifestaram aos juizes qual era a iflexível vontade da nação, que quer marchar pacificamente para a solução democrática dos seus problemas.

O fato que tenha sido possível, no Brasil, dois anos após a derrota militar do nazi-fascismo, uma sentença cassando o registro do mais nacional dos partidos, indica uma coisa, que devemos avaliar em tôda a sua importância: ainda não soubemos consolidar aquêle clima histórico e político em que sentenças semelhantes não possam jamais ser proferidas por um tribunal. Pois a verdade é que os órgãos do Estado agem num sentido ou noutro, à medida que o clima que se constitui os impele neste ou naquele sentido. Esse clima histórico e político somente poderá ser criado pelo movimento das massas organizadas e de tal maneira vigilantes, que nenhuma autoridade do Estado pense sequer em ferir a lei. E as massas, sem dúvida, podem ser tanto mais enérgicas e vigilantes, porque lutam pela legalidade contra a ilegalidade, pela justiça contra o arbítrio.

A decisão do T. S. E. foi, por conseguinte, também uma vitória do movimento de massas, que se levantou furando as restrições e atentados do grupo fascista. Este, agora, deve reconhecer que fechar partidos e mutilar a Constituição só faz aumentar a indignação do povo, que aprende, assim, a ligar a luta pelas suas reivindicações econômicas imediatas à luta política pela democracia.

A decisão do T. S. E. foi uma séria derrota para o grupo fascista. Ficou, agora, claro para todos que a democracia é capaz de avançar nas atuais condições brasileiras e que, apesar de recuos temporários, as suas fôrças são mais poderosas do que as dos seus inimigos. Esta lição deve ser aproveitada, não para criar um falso otimismo, mas para reforçar a luta patriótica pela reconquista da legalidade democrática.

A CONFERÊNCIA DO RIO PODE SE TRANSFORMAR NUMA DERROTA DO IMPERIALISMO

Dentro de poucos dias terá início a chamada Conferência do Rio de Janeiro, que, segundo ficou decidido em Chapultepec, deveria realizar-se em 1945. Entretanto, diversos obstáculos surgiram, desde o fim da guerra, e tornaram inconveniente aos grupos imperialistas norte-americanos a convocação do conclave.

Entre êsses obstáculos, vem em primeiro plano o fracasso da intervenção do Departamento de Estado de Washington nos negócios internos da Argentina, com a eleição de Perón, contra todos os desejos dos imperialistas ianques. A provocação guerreira do «Livro Azul» foi por águas abaixo com a denúncia resoluta dos seus verdadeiros objetivos.

Passaram-se muitos meses para que os Estados Unidos pudessem «retificar» a sua conduta para com a Argentina e encontrassem um modus vivendi com Perón, inclusive afastando o sr. Braden do Departamento do Estado.

No entanto, a próxima realização da Conferência não significa que o terreno esteja inteiramente limpo para os imperialistas e seus agentes na América Latina. Bem ao contrário, é de supôr que os Estados Unidos preferissem não convocar para êste momento a Conferência do Rio de Janeiro, devido às dificuldades que sem dúvida encontrarão para a consecução de seus objetivos, visando a formação de um bloco continental de países inteiramente submissos integrados numa «nova ordem» de Truman.

Essas dificuldades estão à vista, e serão talvez invencíveis se o govêrno americano avançar demais o sinal. Não têm outro sentido que o de uma séria advertência aos imperialistas ianques as declarações de Perón contra o «capitalismo imperialista», responsabilizando-o pelo que considera males contemporâneos. É claro que o chefe do govêrno argentino se refere ao imperialismo ianque, pois até hoje não rompeu com o imperialismo inglês, que indibitàvelmente conserva uma parte do seu predomínio financeiro na Argentina.

E no momento preciso em que se aguardam as respostas de adesões à Conferência, surge mais uma pedra no sapato do imperialismo

(Conclui na 2.ª pág.)

CALENDÁRIO

INTERNACIONAL

AGOSTO

- **4-1704** — Os ingleses se apoderam de Gibraltar.
- **4-1789** — A Assembléia Constituinte da França declara abolidos os privilégios feudais.
- **4-1914** — A Inglaterra e a Bélgica declaram guerra à Alemanha. Inicia-se a Primeira Guerra Mundial entre dois bandos imperialistas.
- **4-1919** — Os exércitos francês e rumeno ocupam Budapeste, capital da Hungria, sob pretexto de «combater o bolchevismo».
- **5-1920** — Fundação da Primeira Sindical Vermelha, em Moscou.
- **5-1895** — Morre um dos fundadores do socialismo científico, Frederico Engels.
- **6-1893** — Congresso Internacional dos Trabalhadores, em Zurich, na Suiça.
- **6-1900** — Wilhelm Liebknecht, líder socialista alemão, é assassinado.
- **10-1792** — A Revolução burguesa na França leva os trabalhadores de París a invadirem as Tulherias, residência de Luís 16.
- **13-1913** — Morte de Augusto Bebel, socialista alemão.
- **1871** — Nascimento de Karl Liebknecht, líder comunista alemão.
- **14-1904** — Congresso da Segunda Internacional, em Amsterdam.
- **15-1769** — Nascimento de Napoleão Bonaparte.
- **16-1743** — Nascimento do sábio francês Lavoisier.
- **20-1789** — Inicia-se a discussão da Declaração dos Direitos do Homem, na Assembléia Constituinte da França, a qual é aprovada a 26.
- **12-1887** — Fundação do Partido Socialista da Noruega.
- **23-1925** — Congresso da Segunda Internacional, em Marselha, França.
- **27-1770** — Nascimento do filósofo alemão Hegel.
- **30-1864** — Morte do socialista alemão Lassalle.
- **30-1918** — Atentado contra a vida do chefe da Revolução Socialista de Outubro na Rússia, Lenin.
- **31-71** (antes de cristo) — Morte de Spartaco, chefe dos escravos romanos rebeldes.

NACIONAL

- **7-1945** — Instala-se solenemente, no Rio de Janeiro o Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil.
- **22-1942** — Declaração de guerra do Brasil às potências fascistas, Alemanha e Itália.
- **23-1934** — Reune-se no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, o Congresso Anti-guerreiro, que é dissolvido pela reação policial.
- **?-1934** — Reune-se na ilegalidade, na Serra da Mantiqueira, uma Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil.
- **-1852** — Inicia-se a construção da primeira estrada de ferro do Brasil, por iniciativa de Mauá.

"PROBLEMAS"

REVISTA MENSAL TEORICA DE EDUCAÇÃO MARXISTA

sob a direção de CARLOS MARIGHELLA

Sumário :

1 — Apresentação.
2 — A reforma agrária — L. C. Prestes.
3 — A Grã Bretanha e os Estados Unidos — I. Taigin.
4 — A luta pela democracia na França — J. Berlioz.
5 — O Partido Comunista — vanguarda da classe operária — J. Stalin.
6 — A exclusão arbitrária dos comunistas — A. Ramette.
7 — O plano Truman — J. Starobbin.
8 — A revolução pacifica na Polônia — M. Zulwsky.
9 — Notas e comentários.

Aparecerá durante todo o mês de agosto
A venda nas bancas de jornais.

A Agressão Holandesa Na Indonésia

A MÃO FORTE DOS SÓCIOS IMPERIALISTAS DA GRÃ-BRETANHA E DOS EE. UU.

Há duas semanas, os imperialistas holandeses da Royal Dutch, que repartem com os trustes americanos e ingleses o petróleo das Indias Orientais, desfecharam, com o auxilio de seus sócios, uma brutal guerra de agressão contra o povo indonésio.

E' indiscutivel que o capital financeiro da Holanda, imperialismo em plena decadência, trata de manter na Indonésia a opressão sôbre mais de 70 milhões de habitantes das ilhas de Sumatra e Java, a fim de conservar para as fôrças imperialistas holandesas, americanas e inglesas a principal fonte de riqueza das referidas ilhas — o petróleo.

Desde que terminou a guerra na Asia, com o esmagamento militar do Japão e consequente retirada dos imperialistas japoneses, lutam os indonésios pela sua independência de multi-secular dominação holandesa. Trataram de negociar a independência com a antiga Metrópole. A Holanda recusou qualquer concessão. Iniciaram-se então as hostilidades, que se prolongaram até março deste ano, com evidente vantagem para os indonésios, quando se concluiu um pacto pelo qual a Holanda reconhecia os "Estados Unidos da Indonésia", com seu govêrno autônomo, depois de concessões mutuas.

Entretanto, os fatos demonstram agora que esse reconhecimento constituiu uma simples tática para que os imperialistas arregimentassem forças e recomeçassem as hostildades. De fato, sem qualquer pretexto, foi iniciada uma guerra relampago, hitleriana, contra um grande povo que luta pela conquista de sua soberania nacional A. agressão é tão estúpida que se depreende isto da própria nota oficial do govêrno holandês, quando declara ter iniciado as hostilidades "porque o govêrno republicano indonésio se revelou incapaz de manter a segurança, a lei e a ordem em seu território, recusando-se a cooperar com o govêrno holandês..."

Sabe-se, porém, que se não existisse uma atitude hostil do govrno dos Estados Unidos para com o povo inodnésio, atitude que foi demonstrada em nota oficial ianque durante as conversações entre a Metrópole e a antiga colônia, os imperialistas holandeses não teriam podido levar avante sua agressão. E' conhecido também o fato de que Mr. Truman, quando do inicio do movimento armado do povo indonésio para libertar-se do jugo holandês, lamentou que estivessem sendo usadas pelos holandeses armas americanas no conflito, e fez uma sugestão muito interessante; tirassem das armas a tiqueta ianque... Desta forma, a honra dos Estados Unidos estaria limpa.

E' claro que mesmo sem as etiquetas as armas americanas continuaram a funcionar com a máxima precisão contra o povo indonésio. E o estão agora, mais uma vez, quando os telegramas noticiam auspiciosamente que os terrenos petroliferos indonésios explorados pela Standad Oil estão a salvo dos guerreiros indonésios, protegidos por soldados holandeses.

Mas a "socialista" Inglaterra, que também tem seus interêses petroliferos em Sumatra, Java e Bornéo, trata de fazer jús à sua conservação. A Shell não quer ficar a reboque da Standard. E precisamente no dia seguinte ao reinicio das hostilidades contra o povo indonésio, noticia-se que a Inglaterra concordou em vender um porta-aviões à Holanda. Mais grave ainda; revelou-se, quarta-feira, 30, na Câmara dos Comens, que forças holandesas estão sendo treinadas nas ilhas britânicas.

Vemos assim a aliança tácita de três imperialismos para "manter a ordem" imperialista na Indonésia. Porque a posse dos campos petrolíferos pelos indonésios seria a desordem, seria a insegurança, seria a não colaboração amistosa, como acusa a nota oficial do govêrno holandês.

A libertação da Indonésia, além de significar a perda, pelos imperialistas, das imensas riquezas naturais das Indias chamadas neerlandesas, seria também um "máu exemplo" aos povos da Asia, que já lutam bravamente, há decênios, pela sua independência e libertação. Seria um mau exemplo principalmente para a India, para a Birmânia, para a parte da China dominada por Chiang Kai Shek, seria um "mau exemplo" enfim para todos os povos coloniais.

Dai o afã com que os imperialistas tratam de conservar seus privilégios na Indonésia, cujo povo merece tôda simpatia e solidariedade de todos os povos amantes da liberdade e da paz. Esses povos exigem que seus representantes na ONU defendam os interêsses vitais da Nação Indonésia e não os mesquinhos interêsses dos monopólios e trustes.

OPERARIO

VOCÊ, que tem justas reivindicações a fazer, que luta para que sua família tenha o que comer, o que vestir e onde morar, que deseja uma boa educação para seu filho e quer, acima de tudo, o progresso do Brasil, deve aprender a descobrir a verdade onde a verdade se encontra. Procure organizar-se, lute em seu sindicato em defesa de seus interesses. Defenda-se dos golpes da reação, esclarecendo-se, cada vez mais. Dê inteiro apoio ao jornal que realmente defende seus interesses porque é, de fato, o jornal feito pelo povo, exclusivamente para o povo. Torne-se assinante da "TRIBUNA POPULAR" "TRIBUNA POPULAR" não tem ligações com interesses estrangeiros porque não compactua com os grupos internacionais do imperialismo e do monopólio que tudo desejam... menos ver a democracia instalada em nossa pátria. "TRIBUNA POPULAR" é o jornal do proletariado, a voz da grande classe do presente que está dirigindo a luta pela paz, pela democracia e pelo progresso. Assine "TRIBUNA POPULAR" e peça também assinaturas aos seus companheiros, aos seus visinhos, aos seus amigos, em todos os locais de trabalho.

Torne-se hoje mesmo assinante da «TRIBUNA POPULAR»

Recorte ou copie este cupão e remeta-o à «Tribuna Popular»

Snr Gerente da «Tribuna Popular»
Av Pres Antonio Carlos. 207-13º RIO DE JANEIRO

Anexo um (vale postal ou cheque pagável no Rio de Janeiro à «TRIBUNA POPULAR»), na importância de Cr.$ (120,00 ou 70,00) para uma assinatura por (1 ano ou seis mêses) da «TRIBUNA POPULAR».

Nome..

Endereço......................................

Municipio........................Estado.........

A luta pela ordem, o patriotismo dos comunistas...

(Conclusão da 3.ª pág.)

estão entre os melhores patriotas, pois ser patriota é defender as riquezas que devem servir ao bem do povo, e não entregar essas riquezas aos inimigos tradicionais da nossa independência política e econômica — os imperialistas americanos, como tentam fazer agora com o nosso petróleo. Quem defende para o Brasil o seu petróleo? Quem combate os trustes e monopólios que exploram o nosso povo? Não há dúvida de que os comunistas ocupam a vanguarda dessa luta, uma luta patriótica, patriotismo na prática e não em palavra. O grande «teste» do patriotismo em nossa época é «contra ou a favor do imperialismo». Os comunistas, lutando contra o imperialismo, demonstram ser os mais legitimos patriotas.

Finalmente, Maurício Grabois encerrou a Conferência com uma explanação da atual situação política mundial, mostrando que a democracia continua a ganhar terreno em todo o mundo, apesar da chantagem guerreira do imperialismo, dos Planos Truman e Marshall, das ameaças da bomba atômica que, na verdade, escondem uma guerra pela conquista de mercados. A democracia continua a avançar inclusive em nosso país, apesar dos golpes contra ela vibrados nos últimos meses. Mas, em compensação, as grandes massas se esclarecem politicamente, ganham experiência política e, é claro, evoluem. Com elas a democracia avança. E não há dúvida de que na primeira oportunidade, em eleições livres e honestas, as massas populares demonstrarão que aprenderam na prática da vida política, que evoluiram, e reforçarão a democracia. Concluiu, sob entusiásticos aplausos populares, afirmando que os comunistas lutam hoje pela união de todos os patriotas e democratas, sem quaisquer exclusivismos, para fazer frente às novas manobras do grupo fascista, que através de uma lei de exceção, quer escravizar o nosso povo. Se conseguirmos realizar essa frente única, derrotando a lei de segurança e afastando do govêrno os elementos do grupo fascista, a democracia estará salva e poderemos então marchar pelo caminho do progresso e para o bem-estar do nosso povo.

A CONFERÊNCIA DO RIO PODE SE TRANSFORMAR...

(Conclusão da 1.ª pág.)

americano. O govêrno de Cuba, por intermédio de seu embaixador em Washington, sr. Guilhermo Belt, protesta energicamente contra uma cláusula da lei sôbre importação de açúcar pelos Estados Unidos, considerando-a como «uma agressão» a Cuba, pois «situa os norte-americanos em Cuba numa posição privilegiada em face aos nacionais». E no momento em que o govêrno de Truman procura fazer-se de guardião do Hemisfério contra uma suposta agressão, Belt sugere que seja considerada «ameaça» qualquer ação unilateral, partida de qualquer govêrno americano, que cause prejuizos ou danos à estabilidade econômica de outro povo do Continente.

Ora, qual o país economicamente em condições de dirigir uma tal política e que realmente a tem utilizado sempre, senão os Estados Unidos?

Quanto ao «Plano Truman» de uniformização dos armamentos, muito sérios são também os obstáculos encontrados pelos imperialistas ianques. Tão sérios que pelo menos provisoriamente essa parte do plano foi afastada, devendo ser adiada para a Conferência de Bogotá, cuja realização ainda é problemática. Os assuntos econômicos também não estarão na ordem do dia da Conferência do Rio de Janeiro. E assim a sua agenda aparece bem modesta, limitando-se a problemas jurídicos, como a conceituação de «agressão», que, como sugeriu o embaixador cubano, poderá ser mesmo uma ameaça unilateral à estabilidade econômica de outra Nação. Dentro do plano de «defêsa do hemisfério», a Conferência tratará também da maneira como deve ser prestada ajuda a qualquer país vitima de agressão, sanções contra o agressor, etc.

Que revela essa pobreza da agenda da Conferência? E' inegável que denuncia, antes de tudo, o receio do próprio imperialismo de ser desmascarado, caso queira desde já levar as coisas muito longe. E não é sem motivo que o imperialismo demonstra êsse temor de um fracasso de seus planos. Ele reconhece o crescimento das fôrças anti-imperialistas em todo o Continente. E se abandona, pelo menos temporariamente, alguns de seus principais objetivos — como a padronização dos armamentos, ponto de partida para subordinação das fôrças armadas dos paises da América Latina — é porque não se sente capaz de arrostar as consequências de oposições que fatalmente surgiriam e que podem surgir, mesmo no debate da agenda atual.

Assim, não podemos nem devemos tomar uma posição sistematicamente contrária à Conferência inter-americana. Como acentuou Prestes em entrevista recente a um periódico do Chile: **«É sempre útil reunir os representantes dos governos dos nossos países, por mais infames e tenebrosas que possam ser as intenções originárias de tais convocações.»** E acrescenta: **«O Departamento de Estado vem adiando há mais de um ano a reunião dos chanceleres no Rio de Janeiro porque teme que uma só voz discordante seja capaz de desmascarar seus planos sinistros de expansão monopolista e impiedosa de nossos povos. Estamos seguros de que mesmo agora, após tão longa preparação, a reunião dos chanceleres poderá ser de grande utilidade para os nossos povos, porque um ou dois govêrnos ainda não submissos ao imperialismo norte-americano serão suficientes para desmascarar o conteúdo colonizador e opressor do Plano Truman e alertar todos os nossos povos, que ficarão, assim melhor armados para lutar contra seus governos vendidos aos banqueiros de Wall Street. A Conferência servirá ainda para revelar o quanto são idênticos os interêsses de nossos povos da América Latina na luta pelo progresso e contra a exploração imperialista.»**

Esta afirmação de Prestes resulta de um estudo objetivo dos acontecimentos internacionais. Feita há mais de um mês, está sendo confirmada pelos fatos, como a última declaração de Perón aqui citada, o protesto de Cuba e a informação que acaba de transmitir a United Press de que «o México manifestou o desejo de prosseguir mantendo uma política independente, «contrária a tôda política de blocos, dentro ou fora do Continente.»

A própria atuação dos delegados brasileiros na Conferência talvez não seja tão satisfatória aos imperialistas, dependendo isto, em grande parte, da pressão de massas em favor de uma política que assegure a nossa completa independência política e econômica, bem como da posição que assumam as fôrças politicas de nosso país em face a problemas de âmbito internacional, cujas soluções terão reflexo na nossa situação interna. A própria atuação do sr. Raul Fernandes à frente do Itamaratí justifica, em parte, a possibilidade de caminharmos para uma posição de independência em face das exigências imperialistas, fortalecendo assim a união de tôdas as fôrças progressistas que lutam no Continente pela completa emancipação dos povos da América Latina.

LEIAM
« A MANHA »
Em tôdas as bancas de jornais

MOVIMENTO DE AJUDA Á "A CLASSE OPERÁRIA"

Apelamos mais uma vez para os amigos d'A CLASSE OPERÁRIA no sentido de que intensifiquem o movimento de ajuda ao seu jornal. Confiamos nessa ajuda para que possa viver o órgão da classe operária de tão gloriosas tradições, cuja tarefa, é das mais importantes para a luta pela democracia em nosso país.

ASSINATURAS — Atendemos a pedidos de assinaturas, em qualquer número, e oferecemos uma assinatura de prêmio a todos os que conseguirem um mínimo de dez assinaturas anuais (30 cruzeiros) ou 20 semestrais (15 crueziros).

DÉBITOS — Todos os vendedores d'A CLASSE que tenham débitos, antigos ou recentes, para com este jornal, devem procurar liquidar os mesmos com a máxima urgência. Atendemos, diretamente ou pelo Correio, às consultas sôbre o assunto, combinando a melhor maneira de liquidar esses débitos, a fim de que possamos também satisfazer nossos compromisso inadiáveis.

COLEÇÕES — Estamos vendendo coleções encadernadas d'A CLASSE OPERÁRIA, em dois tipos: encadernadas — 250 cruzeiros; em brochura — 125 cruzeiros.

CARTÕES POSTAIS — Atendemos a pedidos de cartões postais de Marx, Engels, Lenin, Stalin e Prestes. Cr$ 1,00 cada.

LISTAS — Pedimos aos amigos e leitores portadores de listas de ajuda que apressem a sua devolução.

CONTRIBUIÇÕES — As últimas listas trazidas a esta redação dão o seguinte total:

Américo dos Santos ..	70,00
Lista 556	106,00
Lista 598	20,00
Dr. J. O. Rios	20,00
Parte da lista de Glorinha	100,00
	316,00
Total publicado	3.036,00
	3.352,00

o que você DEVE SABER

O MOVIMENTO SINDICAL NA LUTA PELA SUA LEGALIDADE

A luta do movimento sindical pela sua legalidade não está desligada da luta de todo o povo brasileiro pela reconquista da legalidade democrática na vida do país. Os trabalhadores, tantas vêzes acusados de indisciplinados e subversivos pelos jornais da "imprensa sadia", não querem mais do que uma coisa: o respeito aos seus direitos legais. Os direitos legais, que a classe operária possui no Brasil, não encerram coisa alguma de socialismo. São direitos elementares e mínimos, possíveis num regime capitalista e que, por êsse motivo, devem ser rigorosamente respeitados pela classe dominante.

DUAS VITORIAS COM AS ARMAS LEGAIS

A compreensão de que o movimento operário luta por objetivos legais e que, na defesa da legalidade, todos os recursos devem ser aplicados e exgotados, deve se transformar numa convicção inabalável de todo trabalhador. Infelizmente, não são poucos os casos em que a sub-estimação dos recursos legais leva à passividade, deixando completamente livre aos agentes ministerialistas o campo sindical. A atitude justa é a de disputa cada palmo do terreno com as armas, que a lei oferece. Que essa tática traz vitórias, há exemplos frisantes.

Um exemplo é o dos marmorisats cariocas, que, tendo à frente o seu presidente legítimo fizeram um movimento pela volta da antiga diretoria. Esse movimento culminou em um memorial, assinado por quase tôda a corporação e pelos próprios membros da junta governativa, mostrando ao ministro do Trabalho que a vontade soberana dos marmoristas [illegible] diretoria legal. Além disso, diversos parlamentares foram convidados a assistir uma assembléia no sindicato e se convenceram da justeza dessa reivindicação, à qual, finalmente, teve que ceder o Ministério do Trabalho.

Outro exemplo ainda é o dos marceneiros cariocas, que identificando no presidente da junta governativa ministerialista o autor de um desfalque de cerca de seis mil cruzeiros, forçaram a sua substituição defendendo, assim, o patrimônio do sindicato.

E' possível, pois, alcançar vitórias, usando as armas legais no movimento sindical. Isso, naturalemnte, deve ser combinado ao movimento de massa nos locais de trabalho, através dos conselhos de fábrica ou das comissões pela autonomia sindical, na luta por eleições sindicais imediatas, em que os trabalhadores possam escolher os seus legítimos dirigentes.

A PASSEATA DOS MEALÚRGICOS CARIOCAS

Um exemplo de movimento de massa constituiu, sem dúvida, a passeata de mais de mil operários metalúrgicos à Câmara Federal. A passeata foi precedida de intensa propaganda, através de comissões aos jornais e dentro das fábricas e oficinas, principalmente naquelas que concentram maior número de empregados. O fato de terem paralizado total ou parcialmente cerca de doze fábricas, durante a sua realização, diz bem do vulto da passeata, apesar das "matérias pagas", intrigantes, que a reação publicou nos jornais, com o apoio da junta governativa ministerialista.

Aos representantes do povo na Câmara Federal fizeram os metalúrgicos a entrega de um memorial, pela melhoria de condições de vida e garantia de trabalho, contra as ilegais intervenções sindicais e a defesa da indústria nacional. Nesse memorial, mostraram os metalúrgicos a necessidade de ser respeitada a Constituição, pondo fim ao regime de arbitrio e violencias, que a junta governativa introduziu no sindicato, interrompendo a gestão da diretoria legal, que vinha contando com o apoio de tôda a corporação.

Manisfetaram os metalúrgicos, também, sua decisão de colaborar com todos os patrões progressistas na defesa da indústria nacional ameaçada pela desastrosa política financeira do govêrno e pela concorrência do imperialismo ianque.

O TRATADO COMERCIAL COM O CHILE

A LEVIANDADE E A INÉPCIA DO GOVÊRNO BRASILEIRO

O tratado comercial entre o nosso país e o Chile, firmado no Rio, quando da visita do presidente Videla, já foi denunciado como altamente prejudicial aos interêsses nacionais, fundamentalmente porque implica no aniquilamento da nossa indústria de azoto, afetando inclusive a fabricação de pólvora para a defesa do país Vamos deixar de produzir o salitre e seus derivados para consumir exclusivamente o salitre chileno. A coisa toca ao absurdo, quando sabemos que a matéria prima para a fabricação dêsse produto, por processos industriais, é simplesmente o ar atmosférico, do qual é extraído o azoto, elemento essencial do salitre!..

Em vista das críticas de vários órgãos da imprensa, um porta-voz do Itamaratí prestou longos esclarecimentos, considerando de grande vantagem para o Brasil o acôrdo comercial com o Chile. Respondendo em longo artigo ao porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, a jornalista B. de Aragão teve oportunidade de mostrar tôda a estupidêz, toda a incapacidade daqueles que hoje dirigem a administração do país, tratando dos problemas mais sérios com uma leviandade criminosa.

O porta-voz do Itamaratí classifica de "anti-econômica" uma indústria cuja matéria-prima é o ar atmosférico e afirmou, ainda, que não nos

(Conclui na 7.ª pág.)

o leitor escreve

Condições De Vida De Um Camponês Na Paraíba

Fazenda Valentim (Paraíba) — 7-7-1947 — Ilmo. Sr. Diretor — A vós faço ciente que lendo o jornal A CLASSE OPERÁRIA, dessa redação, vejo que esta se interessa pelos trabalhadores, a fim de engrandecer cada vez mais os operários. Este vosso menor criado ajudará nesta campanha e em seguida narrarei a minha situação e de muitos companheiros daqui dêste atrasado norte da Paraíba. A situação aqui é a mais precária possível. Moramos nesta propriedade pagando um direito assim tôda semana, dando um dia de trabalho de graça ao proprietário, que chamamos de diária do trabalhador. Êles pagam Cr$ 6,00 por dia. Sabeis que é um salário misérrimo. Depois, roçado que trabalhador pobre faz, quando é para se vender não tem valor. Os compradores com história de baixa, o pobre dominado, precisando, vende para fazer ao menos um arranjo em benefício da família. Mas quando nós agricultores precisamos, compramos a êles do preço que querem vender.

Se levamos o produto para a feira, pagamos impôsto do caminho até a feira. Bem não se chega, o fiscal quer logo o impôsto. Pagamos mais de casa que moramos. A prefeitura cobra 3,50 de cada 50 braças de lavoura. Pagamos 4,50 de fornos. O boi do proprietário estraga a lavoura nossa, a Prefeitura não faz justiça, porque o senhor prefeito não vai ser contra o seu amigo fazendeiro para fazer justiça por um agricultor. Nós é que perdemos a lavoura. O Ministério do Trabalho também nada faz.

Sr. diretor: êste norte precisa de uma lei. Alguns aqui, inclusive eu, confiamos em Prestes. Encho-me de entusiasmo ao falar nesse extinto partido comunista. Aqui neste norte, por muitos, êsse partido é considerado inimigo da Pátria. Observei bem o quanto é grande a ignorância atrazada daquí. A terra está no domínio da UDN, que não se interessa pela classe trabalhadora. Aqui no interior, onde conheço, espero um dia as grandes modificações neste sentido. Aqui não se usa documento e raro uma pessoa tem certidão de nascimento. Chefes de grandes famílias não recebem abono-família, porque não são casados no civil, nem os homens auxiliam. Querem a gente como verdadeiras máquinas, trabalhando para êles. Aqui neste município de Caiçara o PCB nunca fez um comício sequer. Aqui nós votamos pelo partido de acôrdo com o proprietário. Sr. Diretor: Ao narrar alguns destes acontecimentos pelas páginas dêsse jornal, peço a fineza de enviar-me o mesmo, o endereço dêste vosso criado é êste: José Gonçalves da Silva, aos cuidados do sr. Francisco Xavier. Logradouro Caiçara, Paraíba. Ficarei sempre vos comunicando. Desculpe os êrros e caligrafia. Acredite que sou de V. Sa. muito cro. atto. Cordiais Saudações. (a) *José Gonçalves da Silva.*

ITÚ, São Paulo — 20-7-47 — Sr. Diretor d'A CLASSE OPERÁRIA — Lendo o número 81 d'A CLASSE OPERÁRIA, deparei com a informação referente às atividades parlamentares da bancada comunista. Entre os assuntos ali anotados, atraiu-me a atenção e do projéto da nova lei do inquilinato. Estranhava já a demora em se discutir uma lei de tanto interêsse do povo. Agora, se sabe que há fôrças ocultas impedindo a aprovação do projéto que virá pôr um paradeiro a tantos despejos com tantas consequências ruinosas para muitos lares.

Diz a Constituição, no seu artigo 163, que a família terá direito à proteção especial do Estado. Mas é o próprio Estado que tira as terras aos pequenos lavradores, com exceção de insignificantes áreas, é o próprio Estado quem não assegura meios para ter casa para morar. Enquanto o atual govêrno nada faz para resolver o sério problemas das moradias populares, processam-se os despejos, com suas incalculáveis misérias. Enquanto faz espalhafato em tôrno da Casa Própria, verifica-se que êsse mesmo Instituto tem sido suficiente e nada faz pelo povo, enquanto famílias inteiras são atiradas à rua por falta de casa para morar.

Quem escreve esta é um empregado de uma das fábricas de tecidos de Itú, que foi, em data de hoje (20 de julho) despejado judicialmente da casa em que reside, sob ameaça de fôrça, com sua família, constituída do signatário, sua mulher e 3 filhos, dos quais duas menores, não obstante pagar os aluguéis com regularidade.

Onde a garantia para o cidadão? Onde a segurança para êle? Diz a Constituição que o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. Mas a Constituição está sendo violada. Enquanto isso, aumenta o desemprego, paralizam as indústrias, continuam os despejos e nada se resolve. Mas só um govêrno popular poderá resolver os problemas do povo. Só com um govêrno popular poderá haver leis que defendam os direios do povo. Subscrevo-me. (a) *Basilio Galvão.*

DISTRITO FEDERAL — Um leitor d'A CLASSE OPERÁRIA, Fernando Cordeiro, nos envie sugestões sôbre o feitio material e conteúdo do nosso jornal. Faz uma comparação com o órgão central do Partido Comunista da Argentina, "Orientacion", quanto às matérias que continuam em outras páginas, achando que isto dificulta a leitura. No entanto, trata-se de dois tipos de jornais diferentes: A CLASSE OPERÁRIA é um "tabloide", isto é, um jornal dobrado ao meio, de pequeno formato. Sem prejudicar a feição material, seria difícil não haver continuação das matérias em outras páginas, sobretudo quando se trata de artigos de educação política ou sôbre assuntos econômicos, necessariamente longos. Quanto às demais sugestões do missivistas, como falta de matéria noticiosa, sendo A CLASSE um semanário não se destina realmente a noticiar fatos, o que é próprio dos diários, mas a comentá-los, esclarece-los, orientar políticamente sôbre os mesmos. Agradecemos entretanto as sugestões dos leitores, em geral úteis para o nosso trabalho, visando fazer "A CLASSE" cada vez melhor.

A CRISE DA INDÚSTRIA DE TECIDOS EM ALAGÔAS

Por JOSE' FRANCISCO DE OLIVEIRA

Antes de nos ressentirmos da crise da indústria de tecidos em Alagôas, a bancada comunista, através da palavra do deputado Moacir Andrade, teve ocasião de denunciar na Assembléia Constituinte a ameaça que pairava sôbre uma das principais bases de nossa economia, que concentra cêrca de 15.000 operários. Assim, muito antes da crise se aguçar, tivemos a oportunidade de chamar a atenção dos parlamentares alagoanos e do govêrno, a fim de que fôssem tomadas providências em defêsa da nossa incipiente indústria e dos operários ameaçados de desemprego. Ao mesmo tempo exigiu dos poderes públicos tais providências, o parlamentar comunista depois de minuciosa exposição, apontou ainda o perigo da penetração imperialista em nosso mercado com o fim único de liquidar a nossa economia e nos transformar em uma semi-colônia. A bancada do PSD, em cujo seio existem 5 proprietários de fábricas de tecidos, ouviu o discurso do deputado comunista, quase silenciosamente, aparteando-o para afirmar, com timidez, que a situação difícil da indústria textil devia-se à má política financeira do govêrno, à falta de mercado interno, à proibição da exportação, negando no entanto a influência perniciosa do imperialismo ianque. Hoje, porém, êsses industriais já estão convencidos da justeza da análise do deputado Moacir Andrade, inclusive de sua acusação à desastrosa política financeira do general Dutra. Presos ainda aos postos e aos compromissos políticos de sua classe, não têm coragem, entretanto, de lutar ao lado dos comunistas e dos democratas contra o mal que já os atinge na própria carne.

Dias depois do discurso do deputado Moacir Andrade, o sr. Humberto Paiva, deputado pessedista e diretor-presidente da Companhia de Fiação e Tecidos, proprietário das Fábricas "Progresso" e "Cachoeira" no município do Rio Largo, ocupava tambem a tribuna da Assembléia Constituinte para analizar a situação da indústria de tecidos do Brasil, particularmente de Alagôas, cujas fábricas já estavam com os seus armazens abarrotados por falta de exportação, ameaçadas ainda de reduzirem a produção e o número de operários, caso o govêrno não procurasse tomar uma resolução capaz de debelar a crise que se aprofundava. Os dias se passaram e nenhuma providência foi tomada. A situação agravou-se a partir do dia 4 de junho quando se iniciaram as dispensas em massa de operários, tendo já quase todas as fábricas reduzido a produção. Nas fábricas "Progresso" e "Cachoeira", em Rio Largo, o maior parque industrial do Estado, já foram lançados ao desemprêgo cêrca de mil e duzentos operários, sem direito a indenização ou aviso prévio. Trabalhadores existem que já tentaram contra a vida, havendo mesmo caso de suicídio.

A situação que atravessa o comércio local é a mais negra possível. Inumeras casas comerciais já suspenderam as suas compras e estão ás portas da falencia, não só divido ao número de desempregados que se evoluma, como tambem á redução do trabalho dos que permanecem na indústria, pois o tempo de serviço desses operários foi reduzido de sessenta para quarenta horas, como tambem foi diminuída a velocidade das máquinas. Com isso, com essa redução de velocidade das máquinas, o operário tarefeiro fica em condições de não receber nem um centavo depois de uma semana de trabalho, pois a peça de pano que devia produzir somente pôde ficar pronta depois de quinze dias de labor. E depois de duas semanas de trabalho, o operário, quase sempre chefe de família numerosa, recebe apenas trinta ou quarenta cruzeiros de salário, quantia insignificante que não chega absolutamente para matar a fome de seus filhos.

Em outros setores da indústria de tecidos, a situação não é muito diferente. Senão vejamos: já foram dispensados perto de trezentos operários da fábrica "Saúde" do sr. Aloisio Nogueira, cinquenta da "Pilar", do sr. Hilton Pimentel, ambos deputados de PSD, e trezentos e cinquenta do "Fabrice Industrial" e da Fábrica Vera-Cruz, em São Miguel de Campos. Quase todos os operários foram dispensados sem nenhuma indenização, porque para eles não são aplicadas as leis trabalhistas, leis essas que o Delegado do Trabalho utiliza para beneficiar exclusivamente os patrões.

As dez fábricas existentes no Estado, já reduziram a sua produção para quatro dias de trabalho, estando assim os operários, fazendo trinta e duas horas por semana á base do misérável salário de oito cruzeiros e quarenta centavos, com a percentagem de vinte por cento, ao invés de quarenta como percebiam anteriormente. E a situação se torna mais dolorosa porque se qualquer desarranjo houver na fábrica, o trabalho é paralizado ás vezes por mais de uma semana, sem que os operarios tenham o direito a qualquer salário. A direção dessas fabricas, zombando do sofrimento dos trabalhadores com os quais sempre contou, procura iludi-los dizendo-lhes que não estão dispensados, para não lhes pagar a indenização ou impedir a sua saída para outros Estados do Brasil.

Quando os trabalhadores assim enganados, acossados pela fome, dirigem-se ao gerente para pedir-lhe trabalho, este diz-lhes que não lhes pode dar trabalho e nem indenização, terminando por oferecer aos operários uma quantia mínima pela sua atividade de tantos mêses ou anos de serviço continuado.

Muitos dêles, premidos pela fome que lhe invade o lar, têm aceitado tal expediente, na falta da possibilidade de melhor amparo. A Delegacia do Trabalho no Estado sob a direção do sr. Muniz Falcão, deu ordens secretas aos presidentes de sindicatos para não aceitarem nenhuma petição de operários solicitando reunião, alegando que nada se podia fazer no momento. Demonstra, assim, o seu criminoso desprêzo pelos operários, não permitindo que o sindicato tome qualquer medida em benefício dos trabalhadores, sendo isto realizado, para que maior seja a monstruosidade, com o apoio de vários diretores sindicais vendidos aos patrões e dispostos sempre a cumprirem as ordem da Delegacia do Trabalho, quando deviam colocar-se ao lado dos trabalhadores.

Um Estado como o nosso, que cada dia se despovoa em vista da falta de trabalho e de condições elementares de vida, têm agora de suportar esse enorme número de desempregados que vêm reforçar o contingente já existente. Isso agrava a situação econômica de todos os setores, a partir da indústria e do comércio, que se vê atingido pelo desespero, ao ponto dos comerciantes baixarem o preço de seus produtos, não somente na tentativa de vendê-los mas tambem de não perdê-los totalmente. E

(Conclui na 7.ª pág.)

A LUTA PELA ORDEM, O PATRIOTISMO DOS COMUNISTAS E A DEMOCRACIA EM MARCHA

TRÊS TEMAS ESCLARECIDOS POR DEPUTADOS COMUNISTAS NUMA GRANDE CONFERÊNCIA

A Conferência realizada a 28 de julho p. findo, na A.B.I., pelos deputados Maurício Grabois, João Amazonas e Carlos Marighella foi mais uma proveitosa experiência colhida nesta fase decisiva da nossa luta pela volta à legalidade democrática e ao regime constitucional.

Num momento em que ainda estava pendente de decisão do TSE a consulta dos cinco «sábios» do PSD sôbre a cassação dos mandatos, os deputados comunistas demonstraram a inabalável confiança na vitória final da democracia em nosso país, analisando com a máxima serenidade a atual situação e apontando o caminho da luta pela volta à democracia e ao império da lei.

A conferência foi dividida em três partes: A LUTA PELA ORDEM, pelo deputado Marighella, O PATRIOTISMO E OS COMUNISTAS, pelo deputado Amazonas, e finalmente uma ANALISE DA SITUAÇÃO POLITICA INTERNACIONAL E NACIONAL, pelo deputado Grabois.

Marighella desfez, com argumentos irrespondíveis, as intrigas sórdidas do grupo fascista e demais reacionários, que acusam os comunistas de desordeiros e conspiradores. Mostrou que neste momento quem realmente luta pela ordem democrática, constitucional, são os comunistas, e que os atentados à ordem e à segurança partem justamente dos inimigos da democracia, os componentes do pequeno grupo fascista do govêrno.

O orador seguinte foi João Amazonas, que discutiu o problema do patriotismo, salientando, com fatos, que os comunistas

(Conclui na 2.ª pág.)

A "CLASSE OPERÁRIA"

Diretor Responsável:
Maurício Grabois

Redação e Administração:
AV. RIO BRANCO, 257
17.º and. — Salas 1711 - 1712
Rio de Janeiro - Brasil - D.F.

ASSINATURAS:

Anual	Cr$ 30,00
Semestral	Cr$ 15,00
Número avulso .	Cr$ 0,50
Atrasado	Cr$ 1,00

O QUE SIGNIFICA A LIQUIDAÇÃO DA FÁBRICA DE AVIÕES DE LAGOA SANTA

O INDUSTRIAL PIGNATARI GANHA UMA CONCORRÊNCIA PARA SABOTAR A NOSSA PRODUÇÃO DE AVIÕES — UM CRIME CONTRA OS MAIS ALTOS INTERÊSSES DO NOSSO POVO RESULTANTE DE UMA MANOBRA DOS MONOPÓLIOS NORTE-AMERICANOS

Sábado último, o Ministério da Aeronáutica distribuia à imprensa uma nota informando haver determinado a guarda por fôrças armadas da Fábrica de Aviões de Lagôa Santa.

Essa nota, entretanto, não trazia nenhum esclarecimento acêrca dos motivos que teriam determinado a medida em aprêço, além da suscinta explicação oficial: «a fim de evitar desvio de material».

No entanto, desde maio corre no fôro de Minas Gerais, onde se encontra a referida fábrica, uma ação judicial que atraiu as atenções gerais. A diligência judicial realizada a 17 de maio compareciam todos os diretores da «Construções Aeronáuticas Sociedade Anônima», a cuja frente se encontrava o conhecido industrial Francisco Pignatari.

A diligência era promovida pelo Procurador Geral da República em Minas(como medida preventiva contra a ação de recisão de contrato e vultosa indenização propostas pela «Construção Aeronáuticas Sociedade Anônima», isto é, pela fábrica de aviões de Lagôa Santa.

Que teria determinado a recisão do contrato e, consequentemente, a paralização, de uma fábrica da qual tanto esperava a indústria aeronáutica nacional? Significaria isso que a fábrica de aviões de Lagôa Santa ia ser liquidada? Por que, quando precisamente agora tanto necessitamos de aviões que ampliem os nossos meios de transportes?

Estas perguntas, que são feitas por todos os patriotas, encontram resposta num breve histórico da fábrica, que aliás é bem recente. Em 1936, um grupo de industriais chefiado pelo sr. Francisco Pignatari vencia uma concurência pública para construção, nos arredores de Belo Horizonte, de uma fábrica de aviões. Foi então organizada a Construções Aeronáutica Sociedade Anônima. A maquinaria adquirida montava a 10 milhões de cruzeiros, e alguns anos depois era pôsta a funcionar nas amplas instalações construidas em Lagôa Santa, dotadas de todos os meios indispensáveis para produção em grande escala.

Era o inicio da nossa indústria aeronáutica e, não há dúvida, um bom início. Trabalhavam na fábrica 600 operários.

Pelo contrato celebrado entre a nova emprêsa e o govêrno, através do Ministério da Aeronáutica, a União faria encomendas anuais de aviões num mínimo de 15 milhões de cruzeiros, ficando assegurado à fábrica um lucro de 15% sôbre os preços de custo.

A PRIMEIRA ENCOMENDA FALHA

Em 1943 fazia o govêrno a primeira encomenda de aviões, num total de 80 aparelhos, de acôrdo com o contrato. No entanto, terminado o prazo para a entrega, a emprêsa fornecia apenas 19 aparelhos, isto é, menos da quarta parte de encomenda.

Que teria determinado essa anormalidade? Então, todos os cálculos não previam a capacidade de produção da fábrica? Não era uma das clásulas a que se obriga a União fazer encomendas anuais de *no minimo* 15 milhões de cruzeiros? O contráto não dava à fábrica uma margem de lucro verdadeiramente excepcional: 15% sôbre o preço de custo? Teria faltado materia prima?

Eram outras tantas perguntas que se poderiam fazer ante a queda de mais de 75% do total da encomenda. Nenhuma daquelas conjecturas, porém tinha razão de ser. A produção prevista podería inclusive ser superior à encomenda do Ministério da Aeronática. Matéria prima existia em abundância. As razões por que a Construções Aeronáuticas Sociedade Anônima deixava de satisfazer seus compromissos com a União eram muito mais profundas e complexas. Em tudo isso o que havia de realidade, como causa fundamental da quebra de compromissos, até à recisão do contrato e à cobrança da fábrica à União da importancia de 70 milhões de cruzeiros, era o dedo do imperialismo norte-americano. Os interêsses da indústria ianque estavam acima dos interêsses do nosso país. O sr. Pignatari fôra utilizado como simples testa de ferro para sabotar a nossa produção de aviões e inclusive a nossa indústria de aluminio.

MAIS ALGUMA HISTÓRIA E O DESFECHO

Quase ao mesmo tempo em que era instalada a fábrica de aviões de Lagôa Santa, levava-se avante outro empreendimento de importância paralela, a construção da Usina de Alumínio de Saramenha, em Ouro Preto, Mi-

(Conclui na 6.ª pág.)

Medidas Práticas Para Iniciar a Reforma Agrária

AS EMENDAS APRESENTADAS PELA BANCADA COMUNISTA AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 1948

O general Dutra, na mensagem que enviou ao Congresso, ao iniciar-se a sua segunda sessão legislativa, falou em reforma agrária. Era impossivel passar em silêncio sôbre um problema dessa ordem, do qual já ganhou consciência o povo brasileiro, graças à patriótica energia com que o levantou o Partido Comunista. Foi por isso mesmo, sob a pressão das massas populares, com os comunistas à frente, que o general Dutra se viu forçado a reconhecer na reforma agrária uma das questões urgentes em nosso país.

Mas, uma coisa são as palavras e outra os fatos. Sabemos que a camarilha, ora no poder, está profundamente ligada aos latifundiários e usará de tôda a sorte de subterfúgios para continuar adiando a reforma agrária, como o fizeram, até agora, todos os governos brasileiros, sem exceção. A reforma agrária, que a realidade do país impõe como inadiável, só poderá ser efetivamente conquistada à medida que ganhar fôrça o movimento organizado das massas camponesas, com o apôio decidido do movimento operário e progressista das cidades.

Vejamos, através de um fato concreto, como o govêrno encara a reforma agrária. No projeto da lei orçamentária para 1948, ainda em fase de estudos na Câmara de Deputados, reservou o govêrno a ridicula soma de Cr$ 660.049.772,00 para o ministério da Agricultura, soma que representa apenas 4,8% do total da despeza. Foi o ministério da Agricultura um dos menos beneficiados naquele projeto-lei, que assim não se diferenciou substancialmente de todos os orçamentos anteriores.

Diz o projeto-lei, na sua parte introdutória que o ministério da Agricultura tem uma função orientadora e técnica e não de empresário. Isto é, cabe-lhe, de preferência, aconselhar, mas não empreender. Um ministério da Agricultura dessa natureza será sempre impotente para dar passos reais no sentido da reforma agrária e isso mostra, concretamente as verdadeiras intenções da camarilha ditatorial.

O ministério da Agricoltura, além da sua função orientadora e técnica, deve ser um *realizador* da reforma agrária, dentro dos termos constitucionais, que embora não prevendo a divisão dos latifundios, prevêem a distribuição de terras aos camponeses e sua fixação no trabalho da lavoura.

Para isso, carece aquele órgão governamental de verba suficiênte, naturalmente muito acima daquela, que lhe destinou o projeto orçamentário para 1948.

A ATUAÇÃO DA BANCADA COMUNISTA

A bancada comunista, cuja atuação construtiva nem mesmo os inimigos do povo podem negar, apresentou diversas emendas ao projeto orçamentário, destinando algumas especificamente aos primeiros passos da reforma agrária. Cumpre, assim a bancada comunista, realmente, com um dos pontos fundamentais do seu programa mínimo, dentro dos limites possibilitados pela Carta Constitucional.

Uma de suas emendas consigna á Divisão de Terra e Colonização a verba de Cr$ .... 200.000.000,00 para a desapropriação e compra de terras de bôa qualidade em zonas accessiveis aos mercados de consumo, servidas por vias de transporte que permitam o escoamento da produção, distribuindo-se essas terras, em pequenos lotes, a famílias camponesas, que as queiram cultivar. Com duzentos milhões de cruzeiros será possivel adquirir terra para 60 ou 70 mil famílias. Somada essa aquisição às terras que os municípios e os Estados vierem a adquirir, poderá uma parte da massa camponesa estrar, em ... 1948, na posse da terra, libertando-se da servidão em que tem vivido até hoje.

A bancada comunista sugeriu, ainda, nessa mesma emenda, a adoção de outros meios financeiros para a aquisição de terras, meios que poderiam ser fixados através de leis fora do orçamento.

APARELHAMENTO DOS NÚCLEOS AGRICOLAS

Visando aparelhar rapidamente os núcleos agrícolas, apresentou a bancada comunista uma emenda destinando aos mesmos, através da Divisão de Terra e Colonização, a verba de Cr$ 23.800.000,00. Essa verba, que não pode ser mais elevada, em virtude das condições financeiras precárias do país, evitará, ao menos, que se prolongue por cinco ou dez anos a organização de algumas colônias e núcleos agricolas.

REALIZAÇÃO DE OBRAS AGRICOLAS

No Brasil, praticamente, não se realizam obras agrícolas, o que dá bem uma idéia da limitadissima capacidade do ministério da agricultura. Temos, entretanto a maxima necessidade de estações experimentais, hortos, edificios para escolas e inspetorias regionais, institutos e escolas agronômicas, estações de biologia animal, entreprostos frigoríficos, casas de expurgo e demais obras necessarias ao desenvolvimento da produção agropecuária. De outra maneira, sem distribuir terras e sem realizar obras agrícolas, a produção de gêneros alimenticios será, de ano para ano, mais insuficiente à população do país.

Para a efetivação de um plano de obras agricolas, que o Congresso poderá posteriormente aprovar, destinou a bancada

(Conclui na 6.ª pág.)

A ilustração acima foi publicada na edição de 11 de maio do "New York Times", o principal jornal conservador norte-americano. Como se vê, o autorizado porta-voz da Wall Street explora o tema do perigo comunista, representando-o como uma gigantesca onda, que ameaça submergir a muralha erguida por "Tio Sam", o qual inclusive tenta, com as mãos, tapar alguns buracos, que se abrem na Grécia, Turquia, India, Irã, Egito, etc.. Aí está a "linha politica" do imperialismo ianque, seguida pelos seus agentes em todo o mundo, os Churchill, De Gaulle, Franco, Tsaldaris, De Gasperi, Góis Monteiro, etc. Mas a ilustração dá, ao mesmo tempo, uma idéia exata da impotência ridicula de "Tio Sam", que é muito débil para deter a poderosa onda democrática, que aos seus olhos e dos seus lacaios aparece como o "fantasma comunista"...

O CAMINHO DA SALVAÇÃO NO PROBLEMA ECONÔMICO DO BRASIL

A JUSTEZA DAS SOLUÇÕES INDICADAS POR LUIZ CARLOS PRESTES SE CONFIRMA À MEDIDA QUE A SITUAÇÃO SE AGRAVA

O artigo de Prestes, publicado há algumas semanas atrás, sob o título «Querem matar o doente a pretexto de salvá-lo», ganha maior atualidade a cada dia que se passa. O agravamento da situação econômica, trazendo novas e sérias consequências, vai mostrando mesmo aos mais cegos tôda a estupidez da política financeira do govêrno e a justeza científica das soluções propostas pelo dirigente comunista e grande patriota, que é Prestes.

Os economistas da burguesia colocam o problema econômico num plano exclusivamente financeiro e não encontram solução fóra do dilema «inflação ou deflação»: desvalorizar a posição cambial do cruzeiro, fazendo com que o dólar passe a valer 40 ou mais cruzeiros, ou então comprimir o crédito, congelar os salários, reduzir o financiamento e a expansão das atividades produtivas.

O inepto govêrno do general Dutra, cuja política financeira é orientada por um grupo de banqueiros, com o ministro Correia e Castro à frente, escolheu o caminho da deflação. Prestes, no seu artigo, mostrou todo o caráter ilusório de uma deflação violenta: mesmo sem novas emissões, a inflação aumenta ,pelo simples fato de que a produção está diminuindo com a restrição do crédito. E, de fato, é esta a realidade. Caiu a produção industrial em 1947, com o fechamento de numerosas fábricas e a redução das horas de trabalho em quase tôdas. Também na safra do café, do algodão e de outros produtos agrícolas está prevista uma queda. A pecuária se encontra em crise e, no campo bancário, aumenta o câmbio negro do dinheiro, a especulação com empréstimos, fora do «guichet», a juros escorchantes. O preço dos gêneros essenciais à vida do povo jamais sofreu tão vertiginoso aumento, muito superior até às piores fases do Estado Novo, ao mesmo tempo em que são negadas as reivindicações de aumento de salários e vencimentos, reduzindo, assim, cada vez mais, o poder aquisitivo do povo. A deflação, portanto, a titulo de impedir a subida dos preços, fracassou estupidamente, com terríveis prejuizos para as grandes massas. É essa a política de que se beneficiam exclusivamente os grandes banqueiros, que são os verdadeiros defensores do lema de «quanto pior, melhor». O próprio govêrno que, recusando financiamento à produção, apenas conseguiu, até agora, pagar o funcionalismo, se verá, mais dia menos dia, obrigado a novas emissões, a fim de preencher compromissos administrativos elementares. Se, no ano passado, tivemos o «deficit» orçamentário de três bilhões de cruzeiros, o maior de todos os tempos, também são as mais sombrias as perspectivas para o ano de 1947.

Nesse ritmo, por conseguinte, a deflação levará o país inevitavelmente à bancarrota.

SOLUÇÃO POLITICA E ECONÔMICA

Não se trata de situar o problema num dos extremos: «inflação ou deflação». Não se trata de resolver as dificuldades pelo caminho exclusivamente financeiro. Qualquer solução efetiva, em primeiro lugar deve ser política, implicando na formação de um govêrno de confiança nacional, apoiado pela frente única de todos os patriotas. Não é possivel pensar no reerguimento econômico do país sem ter à frente dos postos-chaves do govêrno homens desligados dos grupos monopolistas. Não podem ser os srs. Correia e Castro, Guilherme da Silveira e Morvan de Figueiredo, serviçais da Sul América ou dos grandes banqueiros do país e dos seus patrões da Wall Street e da City, os homens indicados a executar uma política que descarregue dos ombros do povo para os ombros dos mais ricos uma parte do peso da situação econômica agravada. Os marxistas não encaram os problemas econômicos de maneira mecanicista e compreendem, como dizia Engels, que o poder político é também uma fôrça econômica. Um govêrno de confiança nacional é, por isso, para o Brasil, não apenas uma exigência política, como também de ordem econômica e financeira.

Em segundo lugar, a solução do problema é econômico e a sua chave está no aumento da produção. Como fazê-lo?

É o que Prestes indica de maneira accessivel a todos: — facilitando o crédito às atividades produtivas, equilibrando o orçamento, sem, entretanto, evitar as despezas úteis, que importem num estímulo à produção e circulação de bens de consumo e, finalmente, dando passos decididos no sentido da reforma agrária, com a distribuição de terras aos camponeses junto às vias de comunicação e cidades.

A própria inflação, sendo uma das causas da atual situação, é também, por sua vez, uma consequência do nosso sistema econômico atrazado, que, mantendo relações semi-feudais no campo, impede o desenvolvimento da produção agricola, reduz o mercado interno, tolhe a expansão da indústria nacional, que, assim, vem sendo prêsa fácil dos tubarões imperialistas. A inflação é sintoma de um mal profundo. A sua cura, na atual situação, com os atuais recursos, deve começar pelo estimulo à produção, cujo crescimento implicará em paralizar e vencer o processo inflacionário, e, ao mesmo tempo, deve ser elevado o poder aquisitivo da massa camponesa, com a posse da terra, e dos trabalhadores e funcionários, com o aumento dos salários e vencimentos. O dinheiro entesourado pelos banqueiros serve, quase sempre, para fins especulativos, mas, nas mãos do povo, servirá para aumentar a produção, circulação e consumo de gêneros alimentícios e produtos industriais.

O CONTRÔLE DO COMÉRCIO EXTERIOR

Está claro que uma orientação econômica dessa ordem, que visa objetivos não só imediatos, como outros do longo alcance, uma orientação que atinge o mal pela raiz, deve ser complementada por medidas de caráter econômico-financeiro, que implicam em vigorosa intervenção do Estado na vida econômica e que, para serem aplicadas, requerem a existência de um govêrno de confiança nacional, com ampla base popular.

Quando os comunistas brasileiros falam na intervenção do Estado na vida econômica não subentendem a existência de um regime socialista, mas se referem ao regime capitalista na sua fase atual, em que dominam os trustes e cartéis. A intervenção de um govêrno popular será sempre justificável, quando se tratar de defender a economia nacional contra os monopólios estrangeiros, sem que isso possa significar, num regime capitalista, a asfixia da iniciativa privada. Ao contrário, essa intervenção interessa à iniciativa privada dos capitalistas nacionais, cujo progresso se vê cercado e ameaçado de aniquilamento pela concorrência dos trustes das grandes potências.

Mesmo na época áurea do liberalismo econômico, da livre concorrência, em que a intervenção do Estado era considerada um sacrilégio, os Estados Unidos protegiam a sua indústria com uma barreira de impostos alfandegários.

Hoje, no caso de um país como o Brasil, trata-se de ir mais longe, trata-se de seguir o exemplo da Argentina, onde o Estado assumiu o contrôle de todo o comércio exterior. Graças a essa medida, a Argentina tem podido explorar com habilidade a situação privilegiada, com que a guerra a favoreceu.

O contrôle do comércio exterior permitirá:

1.º) — aproveitar o máximo possivel dos nossos produtos de exportação, impondo preços e não aceitando, até onde fôr possivel, os preços-teto ditados pelos bancos da Wall Street;

2.º) — impedir que os altos preços do mercado internacional repercutam no mercado interno, pois, se é o Estado o único exportador, poderá êle facilmente reservar as quantidades necessárias ao consumo nacional, mantendo um justo nivel de preços dentro do país, onde as trocas continuarão a se processar livremente;

3.º) — controlar rigorosamente a importação, aproveitando os saldos da balança comercial em ouro e divisas para a aquisição de navios, locomotivas, máquinas, etc., tudo, enfim, que fôr indispensável ao progresso da nossa indústria;

4.º) — o contrôle do comércio exterior poderá reduzir consideravelmente as consequências na nosso país da próxima crise cíclica dos Estados Unidos, a qual, sem essa medida protetora, terá inevitavelmente consequências funestas no Brasil.

APROVEITAMENTO DOS SALDOS PARA A INDUSTRIA NACIONAL

Vemos, aliás, como a própria realidade im-

(Conclui na 6.ª pág.)

MARX E ENGELS, UM EXEMPLO DE AMIZADE

Por M. GLASSER

A íntima amizade de Marx e Engels, sua ininterrupta comunidade espiritual, a recíproca influência que um exercia sôbre o outro, a constante ajuda e apôio mútuos tiveram importância excepcional na vida e no trabalho de ambos.

«As velhas lendas — escreve Lenin — nos fornecem numerosos exemplos emocionantes de amizade. O proletariado europeu pode dizer que sua doutrina foi criada por dois sábios e lutadores cujas relações superam as mais emocionantes lendas antigas sôbre a amizade humana. Engels, sempre, e em geral com tôda justiça, destacava Marx em primeiro lugar. Ao lado de Marx, — escreveu êle a um velho amigo seu — meu papel é secundário. Seu amor a Marx durante a vida dêste e a veneração à sua memória, depois de morto Marx, eram ilimitados. Este rude combatente e áustero pensador era de sentimentos profundamente humanos."

Nos começos de sua amizade, vivendo juntos em Paris e em Bruxelas, elaboraram juntos a teoria revolucionária criada por êles e escreveram em comum dois trabalhos: «A Sagrada Família» e «A Ideologia Alemã», nas quais já lançavam os fundamentos de sua doutrina. Mais tarde, vivendo e trabalhando em diferentes cidades, continuam mantendo, por meio de encontros pessoais, uma estreita relação entre si.

A correspondência de Marx e Engels nos demonstra quanto foi fecundo para ambos êsse intercâmbio. Consultavam a opinião um do outro a respeito dos trabalhos e novas descobertas, decidiam e fundamentavam em suas cartas as questões surgidas no processo do trabalho de ambos, compartilhando seus pensamentos. Marx e Engels ajudavam-se mutuamente, transmitindo um a outro seus conhecimentos, resumindo às vezes nas cartas artigos inteiros para conhecer sôbre êles as respectivas opiniões

Na época em que Engels trabalhava ativamente em Manchester, estudando principalmente ciência militar, Marx passava em Londres os dias e as noites na elaboração de sua teoria econômica. Engels tinha plena consciência da extraordinária importância dessa obra de Marx. Teve que sujeitar-se a um trabalho terrivelmente desagradável na administração da firma da qual seu pai era acionista. Engels odiava êsse trabalho comercial, que denominava de «maldito», apesar do que o aceitou com o único fito de ajudar economicamente Marx, que atravessava uma situação material incrivelmente difícil. Engels não só ajudava a Marx com dinheiro, frequentemente escrevia artigos em seu nome, fazia para êle as traduções ou qualquer outro trabalho, facilitando assim a tarefa de Marx. Depois da morte de Marx, Engels, em 1887, referindo-se a êste, escreveu:

«Em vista da divisão de trabalho que existia entre Marx e eu, a mim cabia expôr na imprensa nossos pontos de vista e, em particular, como consequência disso, sustentar a luta contra as concepções dos adversários, a fim de dar tempo a Marx para a elaboração de sua grande obra fundamental.»

Engels prestou também uma enorme ajuda a Marx na elaboração de sua teoria econômica. Marx estava muito interessado em que cada um de seus descobrimentos científicos fôsse atentamente estudado por Engels e discutido por ambos. «Teu recente descobrimento econômico — escrevia Engels a Marx, em 12 de fevereiro de 1851 — é atualmente para mim matéria das mais sérias investigações. Hoje não tenho tempo de determe nisto detalhadamente, mas a mim me parece completamente certo. No entanto, com as cifras não se pode brincar. Por isso estudo cuidadosamente essa história.»

Alegra-me muito que tu estejas satisfeito com isto» — escreve Marx a Engels, por motivo de uma de suas opiniões.

Por sua vez, Engels se dirigia frequentemente a Marx para consultá-lo, compartilhando com êle suas opiniões sôbre a literatura e sôbre os acontecimentos políticos. O trabalho teórico de Engels em Manchester é extraordinariamente dificultado pela pobreza das bibliotecas. As vezes, via-se obrigado durante semanas inteiras a «correr em vão» em busca do livro que necessitava, perdendo muito tempo para encontrar a informação sôbre esta ou aquela questão especial. Marx ajudava constantemente a Engels em seu trabalho, recolhendo para êle, na Biblioteca do Museu Britânico, as notas necessárias. Conseguia livros para Engels e, remexendo às vezes durante dias inteiros, buscava, com o afã que lhe era próprio, as informações de que necessitava seu amigo.

Marx prestou também uma grande ajuda a Engels na preparação de uma de suas melhores obras, o «Anti-Duhring». Engels leu para Marx todo o manuscrito antes de enviá-lo ao prelo. O décimo capítulo, referente à economia política («Da história crítica») foi integralmente escrito por Marx, segundo conta o próprio Engels no prólogo da segunda edição dêsse livro. «Nós estabelecemos há muito tempo o hábito de ajudar-nos mutuamente em certas matérias especiais.»

Em 1870, quando Engels conseguiu finalmente libertar-se do «maldito comércio», instalou-se em Londres, a dez minutos da casa onde habitava Marx.

◆

Muitas vezes, antes e depois da morte de Marx, se referiu Engels à superioridade de Marx, a seu GÊNIO. «Marx superava tanto a todos nós como seu gênio — escreve em uma de suas cartas, em 1881 — com seu excessivo escrúpulo científico, com seu portentoso saber, que se algum de nós se atrevesse a criticar seus descobrimentos sairia perdendo.» («Como estudiaban Marx-Engels y sus discípulos»).

DOS CLÁSSICOS

A IMPORTANCIA DO FATOR ECONÔMICO NA HISTÓRIA HUMANA

Por F. ENGELS

(1) — Em geral, a palavra "materialista" serve, na Alemanha, a muitos jovens escritores como uma simples frase, com a qual se põe uma etiqueta sebre qualquer coisa e sôbre tudo, sem estudo ulterior, isto é, cola-se esta etiqueta e assim se crê haver regulado a coisa. A nossa concepção da história é, porém, em primeiro lugar, uma diretiva para o estudo e não uma chave para fazer construções à maneira do hegelianismo. E' necessário reestudar tôda a história, é necessário investigar, nos detalhes, as condições de existência das diversas formações sociais antes de tentar deduzir delas as concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosoficas, religiosas, etc. que delas derivam. Com êste objetivo pouco se fez até agora, porque sòmente poucos se lançaram seriamente a êste trabalho. Temos necessidade neste campo de uma ajuda muito grande: o campo é infinito e quem queira trabalhar seriamente pode fazer muito e destacar-se. Ao contrário disso, a frase do materialismo histórico (de tudo se pode fazer uma frase) serve apenas a muitos jovens alemães para arrumar a tôda a pressa um sistema das suas próprias consciências históricas relativamente magras — a história econômica está ainda em fraldas ! —, dando-se, assim, ares de espíritos fortes...

Vós, que haveis realmente feito alguma coisa, haveis observado, sem dúvida, o quanto seja pequeno, entre os jovens literatos que se ligam ao partido, o número daqueles que se dão ao trabalho de estudar economia, história da economia, história do comércio, da indústria, da agricultura, das formações sociais. Quantos são os que conhecem de Maurer (N. R. — economista alemão) *mais do que o nome ? A suficiência dos jornalistas deve servir para tudo e isso lhes é bastante. Dir-se-ia que êstes senhores acreditam que tudo seja bastante bom para os operários.*

Se soubessem como Marx considerava as suas coisas melhores ainda insuficientemente bôas para os operários, como êle considerava um delito oferecer aos operários alguma coisa de inferior ao que existe de melhor !...

(2) — Segundo a concepção materialista da historia, o fator que em última instância é determinante, na história, é a produção e a reprodução da vida real. Mais não foi nunca afirmado nem por Marx nem por mim. Se agora alguem distorce as coisas, afirmando que o fator economico seria o único fator determinante, êle transforma aquela proposição numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos monumentos da super-estrutura — as formas políticas da luta de classe e os seus resultados, as constituições promulgadas pela classe vitoriosa após haver vencido a batalha, etc., as formas jurídicas e finalmente os reflexos de tôdas estas lutas reais no cérebro daqueles que delas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosoficas, as concepções religiosas e a sua evolução ulterior até construir um sistema de dogmas, — exercem também a sua influência sôbre o curso das lutas históricas e em muitos casos lhe determinam a forma de

(Conclui na 6.ª pág.)

FRIEDRICH ENGELS, fundador do socialismo

[Fried]erich Engels nasceu a 28 [de n]ovembro de 1820, na Alemanha. Seu pai era um industrial textil. Engels iniciou seus estudos no colégio real de sua cidade natal, Barmen, na Renânia e prosseguiu no Instituto de Elberfeld. Em 1838, teve que deixar o Instituto, indo trabalhar no escritório comercial de seu pai, sendo enviado em seguida a Bremen, como empregado de uma casa comercial. Aí se aproximou do grupo literário radical "Jovem Alemanha", publicando artigos no "Telégrafo Alemão", propriedade de um dos membros de seu grupo literário.

Na primavera de 1941, Engels deixou Bremen, viajou pela Suíça e Itália e foi finalmente para Berlim, onde ingressou no regimento de infantaria artilheira. Ao mesmo tempo, era ouvinte das aulas da Universidade de Berlim. Foi aí que Engels se aproximou do grupo dos "Jovens Hegelianos", discípulos de idéias radicais do grande filósofo alemão Hegel. Dêsse mesmo círculo participara também Carlos Marx, que a êsse tempo já não se encontrava em Berlim.

Em 1824, Engels publica um opúsculo "Shelling e a revelação", no qual submete a uma crítica demolidora as idéias filosóficas reac[ionárias] de Schelling.

Em 30 de setembro dêsse mesmo ano, tendo concluido o periodo de estágio nas fôrças armadas, Engels parte para a Inglaterra, indo residir na cidade industrial de Manchester. Aí entrou em contacto com os trabalhadores e se fêz adepto do comunismo. Em 1844, envia para os "Anais Franco-Alemães", editado em Paris por Marx e Rouge, seu trabalho: "Notas críticas sôbre economia política", que Marx classificou de "apontamentos geniais" Tinha apenas 23 anos quando escreveu seu trabalho sôbre as condições de vida do operariado inglês.

Em fins de agosto de 1844, indo para a Alemanha, encontrou-se em Paris com Marx, iniciando-se então uma amizade fraternal que duraria tôda a longa vida dos dois fundadores do socialismo científico.

Em Paris, Marx e Engels escreveram conjuntamente "A Sagrada Família" que Lenin considerava "um dos melhores trabalhos da literatura socialista mundial", salientando que nessa obra Engels *"foi o primeiro* a dizer que o proletariado *não só* é uma classe que sofre", mas que "o proletariado em luta *se ajudará a si mesmo"*

Em 1845, Engels deixa Bremen e dirige-se à Bruxelas, onde então vive Marx. Aí elaboram em comum sua concepção filosòfica e escrevem "A ideologia alemã", onde criticam a obra filosófica de Ludwig Feuerbach Já nessa época uniam o trabalho científico, teórico, ao trabalho prático entre os operários. Como Marx, Engels inicia relações clandestinas com a "Liga dos Comunistas" alemã e realiza um trabalho preparatório para o segundo Congresso dessa Liga, para o qual escreve os "Princípios de Comunismo" e, depois, junto com Marx, o célebre "Manifesto do Partido Comunista".

Peregrina em se[guida] entre Paris, Bruxelas e Colônia, na Alemanha, onde funda, com Marx, a "Nova Gazeta Renana". Proibido o jornal e perseguidos seus redatores, Engels foge para Bruxelas, onde é preso e em seguida expulso, voltando a Colônia, onde, junto com Marx, é submetido aos tribunais, acusados de "in[sultos] às autoridades".

Marx e Engels não só influiram teòricamente nos acontecimentos revolucionários da Europa em 1848, mas participaram ativamente dêsses acontecimentos, que lhes dariam experiências para o estudo das guerras camponesas da Alemanha, às quais Engels d[edicou] um de seus melhores estudos.

Em novembro de 1850, Engels

(Conclui na 6.ª pág.)

1 — *HISTÓRIA DO PCB.* (Conclusão no n.º anterior) — *Nas eleições de 2 de dezembro o Partido Comunista surgia como um dos grandes partidos nacionais,* [illegible] *e levando à Constituição 1 senador e 14 deputados federais.*

2 — *Em face da grande vitória da democracia e da necessidade de consolidá-la, as grandes massas do nosso povo iniciavam a sua organização. Ligas camponesas surgiram por todo o país levantando a bandeira da reforma agrária.*

3 — *Os Sindicatos operários ganhavam vida nova. Através das Ligas e dos Sindicatos, operários e camponeses aprendiam a lutar por suas reivindicações, pela democracia e o progresso.*

4 — *Mas os inimigos da democracia continuavam tramando. Elementos fascistas do govêrno, a 23 de maio de 46, mandavam metralhar o povo reunido pacificamente em comício no Largo da Carioca, fazendo mortos e feridos.*

5 — *Em junho de 46, o Partido Comunista realizava a sua III Conferência, a primeira em vida legal. Prestes faria então um balanço dos avanços da democracia e ensinaria o caminho para a sua consolidação.*

6 — *O Partido vivia ativamente os problemas do povo. Os organismos do Partido, em reuniões periódicas, estudavam suas realizações e suas tarefas,* [illegible] *os princípios da democracia interna.*

7 — *A 18 de setembro de 46 era promulgada a Constituição, que reconhecia as principais conquistas democráticas do povo. Prestes, o líder querido, fôra um de seus elaboradores.*

8 — *Outras eleições, que completariam a constitucionalização do país, se realizaram a 19 de janeiro de 47. Nelas os comunistas reforçaram suas posições, com o apôio das massas de todo o país.*

9 — *Entretanto, um pequeno grupo de fascistas em postos chaves golpeava a democracia e rasgava a Constituição. A 7 de maio uma sentença iníqua era conseguida do TSE, colocando o PC na ilegalidade.*

10 — *Mas na ilegalidade estão aqueles que tramam contra a democracia. Contra o pequeno grupo fascista e pela volta do país à legalidade democrática e ao império da lei lutam hoje as grandes massas democráticas.*

O QUE SIGNIFICA A LIQUIDAÇÃO DA FÁBRICA DE AVIÕES...

(Conclusão da 4.ª pág.)

nas Gerais. Como a fábrica de aviões de Lagôa Santa, a referida usina estava em condições de funcionar a pleno rendimento, desde o fim da guerra, isto é, desde 1945. No entanto, não o conseguiu, devido ao cêrco dos trustes americanos, que surgiam aqui com os nomes de "Aluminium Company of America" e "Aluminium Union", esta última ianque-canadênse.

E não por simples acaso o homem escolhido pelos trustes americanos para dominar a produção de aluminio era Francisco Pignatari, o mesmo senhor que em 1936 ganhara o contrato a construção da fábrica de aviões de Lagôa Santa.

Aí estava a chave do enigma, o motivo que fizera fracassar a "Construções Aeronáuticas Sociedade Anônima", primeiro não produzindo de acôrdo com sua capacidade, depois rescindindo o contrato.

Mais ainda, para completar a obra de sabotagem da nossa indústria aeronáutica incipiente ainda, o sr. Pignatari moveu uma ação recisória contra a União, cobrando ao Tesouro Federal 70 milhões de cruzeiros de indenização.

Indenização a que titulo? E' o que ainda não está esclarecido.

Segundo informa a "Folha do Povo", de Belo Horizonte, vultoso material, avaliado em muitos milhões de cruzeiros está hoje abandonado em Lagôa Santa, exposto à corrosão da ferrugem. "Por toda a parte — acrescenta o jornal montões de volumes intactos, virgens, que os homens do sr. Pignatari não chegaram sequer a abrir, tamanho era o seu desinterêsse pela produção".

OS COMUNISTAS TEM RAZÃO

Estamos assim em face ao sepos imperialistas contra a nossa gundo capitulo da luta dos grupos indústria de aluminio. Conhecíamos já a maneira como foi liquidada a nossa produção de aluminio em [illegible] de produto ianque: o govêrno negou créditos à fábrica nacional e concedeu todas as facilidades aos trustes estrangeiros. Agora, completamente o crime: os monopólios americanos não podiam ficar a meio caminho, uma vez que encontra am à porta aberta, sem outro obstáculo a não ser a denúncia feita pelos comunistas, a qual entretanto somente foi ouvida pelo povo, uma vez que o grupo fascista do govêrno e seus sustentáculos se encontram de braços dados aos criminosos.

Não era sem motivo que Prestes, já no seu primeiro discurso, a 23 de maio de 1945, no Vasco da Gama, dizia:

"Protegeremos num Parlamento democrático a indústria nacional ameaçada pela concorrência estrangeira, entregando ao Estado o contrôle planificado de nossas importações".

No programa mínimo com que concorreram às eleições de dezembro de 45, os comunistas se comprometiam perante o povo a defender esse princípio, assim resumido:

"Nacionalização dos trustes e monopólio que pelo seu poderio econômico possam impedir na prática o gôso das liberdades teòricamente proclamadas, assim como naqueles que pelo seu poderio possam ameaçar a independência nacional".

Na Assembléia Constituinte, para elaboração da Constituição de 18 de Setembro, foram os comunistas os combatentes intransigentes pela nacionalização constitucional de todos os trustes que pudessem ameaçar a nossa soberania como Nação. Nos seus mais importantes discursos, Prestes e os deputados comunistas têm sabido interpretar o sentimento de milhões de brasileiros que não resejam ser escravizados pelos monopólios imperialista.

Os fatos, diàriamente, estão dando razão aos comunistas. Através dos fatos, as grandes massas do nosso povo compreendem porque o govêrno Dutra tomou o caminho da violência e porque o grupo fascista que o apoia se lança com tamanha ferocidade contra os parlamentares comunistas. Fazem o que lhes determ nam os senhores dos trustes e consórcios ianques, que [illegible] como abutres às nossas riquezas. Ontem, Hoover Jr. e Curtiss, depois Aldrich, agora Snyder. E aniquilam as indústrias que lhes fazem concorrência ou se apoderam das que lhes podem render mais. Fábrica de alúminio ou de tecidos ou calçados, minas de ferro e jazidas de petróleo, a nossa própria produção de aço, tudo fica à mercê das feras do capital financeiro norte-americano.

A fábrica de aviões de Lagôa Santa é apenas mais uma etapa na luta que sustentamos contra os trustes dos Estados Unidos. Mas é uma batalha que ainda póde ser ganha por nós, desde que saibamos defender as liberdades democráticas restantes e [illegible] resolutamente o receio do sr. Dutra, para [illegible] o [illegible] da normalidade democrát'ca, pos sa o povo exigir a responsabilização por crimes como este contra os mais vitais interêsses de nossa Pátria.

MEDIDAS PRÁTICAS PARA...

(Conclusão da 4.ª pág.)

comunista, em emenda ao projeto-lei orçamentário, a soma de Cr$ 100.000.000,00.

DISTRIBUIÇÃO DE INSTRUMENTOS

A bancada comunista apresentou, ainda, uma emenda, elevando a verba de Cr$ .... 30.000.000,00, consignada à Divisão de Terras e Colonização, para a aquisição de enxadas, foices, machados, facões e demais peças de material agricola indispensáveis aos pequenos lavradores e criadores, que deverão recebe-las gratuitamente.

A emenda quase se [illegible] por si mesmá. Os comunistas não subestimam a impo tância da mecanização agricola, do emprêgo de tratores e outras máquinarias no trabalho da lavoura. Mas do ponto de vista mais imediato, os camponeses brasileiros necessitam de instrumentos mais simples, que os coloque num nível técnico superior ao de hoje, que é quase comparável ao dos servos da Idade Média. Basta dizer que, de acôrdo com o Censo de 1940, existiam no Brasil 500.853 arados para 1.904.859 propriedades agricolas. Assim, pois, admitindo-se para cada propriedade um só arado, apenas um quarto das propriedades agricolas possui, no Brasil, rudimentar instrumento, que já na Idade Média era utilizado.

A emenda da bancada comunista prevê a distribuição do te, o que se justifica em face material agricola gratuitamente à massa camponesa, que a impede o baixíssimo poder aquisitivo pede, atualmente, quase de adquirir simples facões.

FRIEDRICH ENGELS

(Conclusão da 5.ª pág.)

volta à cidade inglesa de Manchester, onde vive até 1870, correspondendo-se então quase diàriamente com Marx, que reside em Londres, trocando opiniões sôbre seus estudos e trabalhos, relacionados principalmente com "O Capital", que Marx estava escrevendo e de que publica o primeiro volume em 1867.

Mas ambos partic pam ativamente das atividades da Primeira Internacional, fundada em 1864, de cujo Conselho Geral Engels passa a fazer parte desde 1870, quando se traslada para Londres. Em seguida, publica Engels uma de suas principais obras, o "Anti-Duhring", conjunto de estudos filosóf'cos, econômicos e sociais. A seguir, vem "Dialética da Natureza".

Depois da morte de Marx, em 1883, e até o fim de sua vida, Engels se dedica a completar a obra de seu genial companheiro, os dois volumes inéditos de "O Capital", continuando a trabalhar em suas próprias obras principais: "Origem da Familia, da Propriedade privada e do Estado", "Ludwig Feurbach", etc. cujos ensinamentos educam gerações de socialistas em todo o mundo.

"Depois da morte de Marx — escreve Lenin — Engels, sozinho, continuava sendo o conselheiro e guia dos socialistas europeus".

A 5 de agosto de 1895 morre o dedicado companheiro de Marx e um dos fundadores do socialismo cientifico.

A Importancia Do Fatôr...

modo preponderante. Há ação e reação reciprocas de todos êstes fatores e é através delês que o movimento econômico termina por afirmar-se como elemento necessário em meio à massa infinita de coisas acidentais (isto é, de coisas e acontecimentos cuja ligação íntima reciproca é tão longinqua ou tão difícil de demonstrar-se, que podemos considerá-la como inexistente que podemos descurá-la). Se não fosse assim, a aplicação da teoria a um período qualquer da história seria mais fácil do que a solução de uma simples equação de primeiro gráu.

Somos nós mesmos que fazemos a nossa história, mas sob premissas e em condições bem determinadas. Entre elas decidem, em última análise, as econômicas. Mas também as condições politicas, etc., até mesmo as tradições que obcecam o cérebro dos homens, exercem uma função, embora não decisiva.

Desejaria, além disso, pedir-nos que estudeis esta teoria nas fontes originais e não de segunda mão. E' verdadeiramente muito mais fácil. Marx não escreveu quase nada em que esta teoria não tenha a sua parte. Em particular, porém, o "18 Brumario de Napoleão" é um exemplo sobremodo excelente da sua aplicação. Também no "O Capital" ela é referida repetidamente. Seja-me licito, enfim, [illegible] aos meus escritos: "A ciência subvertida pelo sr. Eugenio Dühring" e [illegible] e o fim da filosofia clássica alemã", onde fiz a exposição mais particularizada do materialismo histórico que, pelo que conheço, existe.

O fato que os jovens algumas vezes atribuam ao lado econômico uma importância maior do que a que lhe cabe, é em parte culpa de Marx e minha. Frente aos adversários, nós deviamos sublinhar o princípio essencial por êles negado, e então não encontravamos sempre o tempo, o lugar e a ocasião de fazer justiça aos outros fatores, que participam em ação reciproca.

Mas assim que se chegava à exposição de um periodo da história, isto é a aplicação prática, a coisa mudava e nenhum êrro era possivel. Mas acontece, mesmo muito frequentemente, que se crê haver perfeitamente compreendido uma nova teoria e poder sem outra dificuldade, manejá-la, assim que se dominou os principios essenciais e, além do mais [illegible] de modo exato. Não posso deixar de fazer esta critica a mais de um dos "marxistas" da última hora; e por isto se criou, em certos aspectos, uma estranha confusão.

(1) Trecho de uma carta de Engels a Conrad Schmidt, em 6 de agôsto de 1890.

(2) Trechos de uma carta de Engels a Joseph Bloch, em 21 de setembro de 1890.

«A CLASSE OPERÁRIA» é um roteiro indispensável a todo democrata e patriota, a todo comunista. Torne-se um assinante de «A CLASSE» e faça também que seus amigos, companheiros e vizinhos assinem o querido semanário do proletariado e do povo.

O CAMINHO DA SALVAÇÃO NO PROBLEMA ECONÔMICO...

(Conclusão da 4.ª pág.)

pós a intervenção do Estado no terreno do comércio exterior, mesmo a um govêrno, cuja orientação financeira é confusa e de conteúdo catastrófico. Embora bastante tardiamente, quando já quase se esgotaram os saldos em dólares, baixou a Superintendência do Crédito e da Moeda a Instrução n.º 25, que estabelece o sistema de prioridades na importação, dando preferência aos produtos industriais e matérias-primas de interêsse básico. Trata-se de uma medida de tal ordem, que a sua aplicação depende diretamente dos homens de govêrno, da sua independência em face dos monopólios ianques, cujo interêsse imediato é abarrotar o nosso mercado com tôda a espécie de quinquilharias. Com agentes do imperialismo em postos-chaves da administração, só poderemos contar com um contrôle frustrado e ainda mais prejudicial.

Dentre as várias emendas apresentadas pela bancada comunista ao projeto-lei orçamentário para 1948, figura uma que destina a dotação de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) à aquisição no estrangeiro de equipamentos necessários para suprir o sistema de transporte administrado pelo govêrno federal, mediante a utilização das disponibilidades cambiais que o Brasil possui no exterior. Essa medida, que não irá onerar o orçamento, pois se deverá valer do saldo em divisas e ouro acumulado no exterior, se impõe pelo interêsse nacional que encerra e é uma decorrência lógica de qualquer contrôle honesto da importação.

Há um fato interessante a observar no que se refere à importação. Conforme vem reconhecido na introdução ao projeto-lei orçamentária, na parte da receita, a arrecadação do impôsto correspondeu, em 1946, tão somente a 10,8% do valor da importação, em comparação com 11,9% em 1945, e 20% a 25% no último quinquênio de pre-guerra. Isso significa que, enquanto subiram assombrosamente os preços dos artigos estrangeiros importados, os impostos alfandegários se mantiveram inalteráveis, embora quase todos os outros impostos tivessem sofrido majorações, algumas vezes repetidas. É o que poderemos considerar um «carinho de mãe» para com os monopólios estrangeiros e os seus agentes do comércio importador. Nem mesmo em protecionismo é possivel falar, a essa altura, com exatidão, porque a própria clássica barreira alfandegária pràticamente deixou de existir no Brasil.

REFORMA DO SISTEMA DE IMPOSTOS

Finalmente, descarregar proporcionalmente, o pêso da crise sôbre o ombro dos mais ricos, a quem deve caber contribuição maior, significa mudar a orientação do nosso sistema de impostos.

Até agora, a renda do govêrno vem se baseando, em primeiro lugar, na arrecadação do impôsto de consumo, isto é, o impôsto que incide sôbre gêneros, tecidos, bebidas, cigarros, calçados, e um sem número de artigos, que a grande massa tem necessidade de comprar. O impôsto de consumo, que é tirado da bolsa do povo, correspondeu a 20% da arrecadação global em 1937. Para 1947, foi estimado em 35% da arrecadação global e para 1948, em 36%.

Enquanto isso sucede, a estimativa da arrecadação do impôsto de renda, para 1948, corresponde a menos de 3 quintos da estimativa do impôsto de consumo. E assim tem sido todos os anos, com oscilações para mais ou para menos, com exceção de 1944, quando o impôsto de renda atingiu o «record» máximo. Isso quer dizer que, no Brasil, os ricos contribuem muito menos do que os pobres para sustentar a máquina do Estado.

Entretanto, nos Estados Unidos, o maior país capitalista da História, não sucede o mesmo. A receita do orçamento para 1947-1948 foi, ali, prevista em 39,7 bilhões de dólares, para cuja arrecadação contribuirão com 26,7 bilhões de dólares (cêrca de dois terços do total), os impostos sôbre a renda, sôbre os lucros excessivos, sôbre os fundos de capital e as taxas, que atingem o enriquecimento ilícito. Enquanto isso, os impostos de consumo e alfandegários, juntos, contribuirão com 6,6 bilhões de dólares, isto é, com uma sexta parte do total.

Não podem os governantes do Brasil, tão ciosos das vantagens do sistema capitalista, dizer que os ianques é que estão errados...

A razão está, por conseguinte, mais uma vez, com Luiz Carlos Prestes, que luta, dentro dos limites do regime capitalista vigente no Brasil, por uma reforma do sistema de impostos. Uma reforma que alivie a carga dos impostos, que caem sôbre as costas do povo (o impôsto de consumo, em primeiro lugar) e que incida forte e progressivamente sôbre a renda privada, aumentado os impostos sôbre a renda e sôbre os lucros extraordinários e criando mesmo um novo impôsto sôbre o capital.

São tôdas essas medidas, que a situação nacional requer e às quais, nenhum patriota poderá recusar o seu apôio, a fim de evitar a bancarrota econômica, o caos e a escravização completa do nosso povo aos monopólios imperialistas.

O BRASIL É CAPAZ DE EXPLORAR O...

(Conclusão da 8.ª pág.)

res, como a Venezuela ou o Oriente Médio. Cita igualmente os exemplos do México e Argentina que, na sua luta contra os trustes imperialistas, conseguiram conquistar uma posição mais ou menos independente em relação a suas riquezas petrolíferas.

Quanto às nossas possibilidades, referiu-se o general Horta Barbosa à campanha de descrédito no sentido de conservar-nos indefinidamente como país essencialmente agrícola, até que o petróleo se impôs, restando agora explorá-lo. De que forma? Com que capitais?

Depois de demonstrar, também com fatos, que a refinação do óleo cru importado poderá inclusive facilitar-nos o financiamento da descoberta e exploração de novas jazidas em nosso próprio solo, com os lucros proporcionados pelas refinarias, o conferencista nos aponta o triste exemplo da Venezuela, que não deve ser por nós seguido, o segundo produtor de petróleo e um povo paupérrimo que importa até seus legumes e hortaliças.

Cita igualmente o exemplo da Argentina, em sua luta contra os trustes, quando iniciou sua exploração de petróleo independente dos monopólios ianques e a refinação do petróleo cru importado. A gasolina estrangeira, que em 1921 custava 35 centavos (argentinos), em Buenos Aires, desceu até 25 centavos, em 1925. E indaga o general: A que se devia o milagre? Desejo de colaboração dos trustes com o govêrno, para aliviar o bolso do consumidor? Não. Os trustes que haviam tentado "provar" que a refinação era "antieconômica", queriam apenas desmoralizar a iniciativa do govêrno de refinar o óleo cru importado. A Argentina persistiu e saiu vitoriosa em sua luta. O conferencista alude a manobras típicas dos trustes, quando, como presidente do Conselho Nacional de Petróleo, tratou de instalar refinarias em nosso país. Os trustes estrangeiros lhe mostraram as mesmas "provas" que anteriormente haviam apresentado à Argentina e Uruguai, apenas traduzidas para o português...

A seguir, o general Horta Barbosa mostra como estamos muito melhor acobertados das manobras dos trustes, de um "dumping", pelas próprias leis existentes em nosso país, e assim protegidos podemos implantar muito mais fàcilmente o monopólio do Estado sôbre as fontes de energia, em particular o petróleo.

Mas o general Horta não fica na afirmação: prova que isto é possível e é a única solução que está de acôrdo com os interêsses mais vitais do nosso povo. E, sem meias palavras, desmoraliza a "campanha de derrotismo, bem dirigida", que nega a possibilidade de explorarmos nós mesmos o nosso petróleo, "por falta de capitais", "por falta de aparelhamento", ou "por falta de técnicos". Mostra que podemos dispor perfeitamente dos capitais indispensáveis, que não são os "enormes capitais" a que aludem os derrotistas.

O capital necessário seria inferior ao que empregamos em Volta Redonda, no Vale do Rio Doce ou na Fábrica Nacional de Motores. Quanto ao material, existem possibilidades para consegui-lo, dada a luta que entre si travam as próprias emprêsas monopolistas. E quanto a técnicos, devemos ter a certeza de que êles também não nos faltarão. Sôbre tudo isso, alude à sua própria experiência à frente do Conselho Nacional de Petróleo.

CONTRA AS TESES DO SR. TAVORA

Tôda a Conferência do general Horta Barbosa foi a defesa cabal da necessidade de defendermos a exploração do nosso petróleo pelo Estado, eliminando absolutamente a intervenção dos trustes. Sem se referir embora ao general Juarez Tavora, o general Horta desfez uma por uma suas teses em favor da entrega das nossas jazidas aos monopólios americanos. Fez questão mesmo de frisar certos pontos que foram objeto de ampla discussão pelo sr. Tavora [illegible] no caso da divisão dos campos petrolíferos [illegible] uma das quais seria explorada pelos trustes e a outra ficaria como "reserva" da União. Primeiro, essa divisão pelo meio, matemática, não é viável. Depois, o petróleo da parte de reserva seria fatalmente drenado para a parte em exploração. Os trustes seriam de fato donos absolutos do campo petrolífero.

Mas o general Horta Barbosa foi mais positivo ainda quando tratou do pretexto básico dos capitalucionistas: a defesa do Hemisfério. Alega-se agora — disse o conferencista — que a defesa do Hemisfério exige descoberta e exploração de novas jazidas, e que só os trustes podem desenvolver o necessário ritmo. Ora, 1) quem pode pagar uma anuidade de 150 a 200 milhões de cruzeiros (que é o quanto proporcionamos em média só de lucros pela gasolina importada dos Estados Unidos), póde levantar dois bilhões de cruzeiros, importância necessária às despesas mais urgentes; 2.º) *"se o aludido programa tem ligação direta com a defesa do Hemisfério é natural que os Estados Unidos facilitem ao nosso govêrno as operações de crédito necessárias à execução do mesmo, sem qualquer despesa para o Tesouro americano e mediante os juros da praxe".*

Esta argumentação do general Horta é indestrutível e esmaga os falsos argumentos dos que capitularam aos trustes. Então, a "defesa do Hemisfério" só poderá ser feita quando os trustes tomam a sua iniciativa? No caso específico do petróleo, sua exploração por qualquer Estado da América significaria por acaso subtraí-lo à "defesa do Continente"? São perguntas implícitas no argumento do general Horta Barbosa, e que servem para desmascarar as manobras dos monopólios imperialistas sob pretexto de "defesa do Hemisfério".

O general Horta Barbosa, com sua conferência, situa-se decididamente no campo dos verdadeiros patriotas, dos democratas, dos que defendem a soberania do nosso país e os magnos interesses do nosso povo contra a ofensiva imperialista sôbre as nossas riquezas. Sua afirmação final — *"Petróleo é bem de uso coletivo, criador de riquezas. Não é admissível conferir a terceiros o exercício de uma atividade que se confunde com a própria soberania nacional"* — é uma bofetada na face dos capitalucionistas e dos inimigos de nossa pátria.

O TRATADO COMERCIAL...

(Conclusão da 3.ª pág.)

havíamos comprometido a proibir a fabricação, no Brasil, de salitre sintético. O nosso compromisso é o de não favorecer tal indústria com isenções alfandegárias, créditos, etc. Na prática, equivale a uma proibição.

Em troca de que vantagens teríamos feito tão grave concessão?

Em troca, diz o Itamaratí, do compromisso por parte do Chile de comprar, anualmente, dez mil toneladas de erva-mate, nove mil toneladas de café, 50 toneladas de chá, 5 mil toneladas de algodão e a "possibilidade" de comprar uma cota de açucar.

Ora, sem acôrdo comercial, sem compromisso, sem coisa alguma, o Chile costuma comprar do Brasil exatamente as mesmas dez mil toneladas de erva-mate, onze mil toneladas de café e 54 a 56 toneladas de chá (mais, por conseguinte, do que o que estipula o tratado). Quanto ao açucar, somente há pouco foi liberada a sua exportação, de acôrdo com uma solução proposta pela bancada comunista e o açucar brasileiro está sendo disputado de tal maneira, que não necessitamos de tratados especiais para vendê-lo. Quanto ao algodão, não nos faltariam oportunidades para colocar as sobras do consumo interno, principalmente porque os Estados Unidos, o maior fornecedor de algodão do mundo, estão com a menor safra algodoeira dos últimos vinte e cinco anos.

Não houve, pois, absolutamente nenhuma vantagem no tratado com o Chile, que vai aniquilar uma indústria nacional, cuja montagem já custou cem milhões de cruzeiros, deixando-nos inteiramente na dependência do estrangeiro para a aquisição de matéria prima essencial à agricultura, à indústria química, à defesa nacional, etc.

O parlamento, guiando-se pelos interêsses do povo brasileiro, não poderá ratificar êsse ato de inépcia do govêrno Dutra.

AMIGO LEITOR:

«A Classe Operária» é o jornal que, semanalmente, lhe dá uma firme orientação política para a luta pela democracia. Leia, divulgue e faça uma assinatura de «A Classe». Faça de seus companheiros e amigos novos assinantes!

O GRUPO FASCISTA...

(Conclusão da 1.ª pág.)

pado esforços para fazer-nos retroceder no caminho da democracia, que se mostra disposto a implantar um regime de terror fascista, que pretende impedir o progresso de nosso país abrindo-lhe as portas ao imperialismo, os adversários de ontem podem ser os aliados de hoje.

Os comu[illegible] miude de intransigentes nas posições que assumem. Os fatos provam o contrário. Não há certamente um só documento do Partido Comunista, desde o início de sua vida legal, em princípio de 1945, até hoje, que não desminta aquela afirmativa. Nenhum outro partido político em nossa pátria apresentou tantas provas de desejar colaborar com o govêrno do sr. Dutra para a consolidação da democracia e o progresso do país, colaboração entretanto até agora impossibilitada pelo grupo fascista que cerca o sr. Dutra.

Os comunistas, porém, continuam mantendo a firme disposição de marcharem numa ampla frente única de todos os democratas e patriotas, tendo por objetivo fundamental derrotar o grupo fascista, possibilitando ao sr. Dutra a volta ao caminho da legalidade democrática, ao império da Constituição, única forma de encaminhar a solução dos mais graves problemas econômicos de nosso povo.

OS EE.UU. QUEREM PRIVILÉGIOS...

(Conclusão da 8.ª pág.)

concessões e, além disso, com sólidas garantias. O método que se adotar será o da transação comercial, mas ainda não se sabe se os representantes norte-americanos, com um olho fixo nas *exceções* e outro na aprovação do Congresso, poderão aceitar as concessões necessárias ou oferecer as garantias precisas."

O semanário conservador "Spectator" dizia, a 28 de março: "Um país que tem tarifas aduaneiras elevadas e que só poderia reduzi-las ao preço de grandes dificuldades práticas; um país que colocou como condição que a máxima redução que póde aceitar em troca das concessões dos países é 50%, e que insiste numa exceção que lhe permitiria fugir ao cumprimento de qualquer acôrdo, se, no seu modo de ver, acarretasse prejuizos aos seus produtores, é duvidoso que possa assumir a direção da cruzada em favor do livre câmbio."

OS EE. UU. NÃO PODEM ABANDONAR O PROTECIONISMO

Os Estados Unidos não pensam absolutamente em renunciar ao sistema de tarifas protecionistas, nem admitir em seu mercado interno caudaloso afluxo de mercadorias estrangeiras. A vitória dos republicanos nas eleições parlamentares reduziu ainda mais essa possibilidade. A maioria dos republicanos, com Taft à frente, se opõe à diminuição dos direitos protecionistas. A Federação Norte-Americana do Trabalho (AFL) se opõe também a essa redução em nome da *defesa da mão de obra nacional.*

Que os Estados Unidos não se propõem, de modo algum, a levar a sério as conversações sôbre a redução dos direitos protecionistas, no-lo prova o seguinte: o Govêrno e a maioria republicana do Congresso chegaram a um acôrdo de que, daqui por diante, a chamada *exceção* sôbre a abolição das tarifas de favor, aceitas pela primeira vez em 1943, no tratado comercial com o México, e mais tarde no tratado com o Paraguai, será introduzida obrigatòriamente em todos os tratados comerciais. Mas essa *exceção* torna ilusória todas as concessões a que possam chegar os Estados Unidos no terreno das tarifas. Trata-se de uma cláusula na qual se diz que os Estados Unidos da América [illegible] de anular tôda redução protecionista estipulada num tratado comercial se isto "acarreta sérios prejuizos aos produtores nacionais". Nesse caso, se concede à outra parte o direito de rescindir o tratado comercial no prazo de trinta dias. Ninguém pode duvidar de que o Estado-Maior de peritos em matéria de estatística e economia, que trabalha para os grandes monopólios norte-americanos, possa apresentar fàcilmente qualquer prova de que a redução dos direitos protecionistas prejudicam as respectivas indústrias.

Na aparência, na imprensa norte-americana já se escutam vozes que preconizam a redução das tarifas aduaneiras. Mas se examinarmos com maior atenção, concluiremos que os órgãos de alguns monopólios exigem a suspensão dos direitos alfandegários sôbre a importação para as mercadorias que êles compram, e, ao mesmo tempo, dos altos direitos de exportação das mercadorias que vendem.

O "Neue Zuricher Zeitung" escreveu, a 24 de fevereiro:

"Constata-se com estupefação que os numerosos argumentos apresentados pela Comissão de Tarifas dos Estados Unidos coincidem com as exigências formuladas há um quarto de século, antes da adoção da tarifa Fordnay-McCumber e a tarifa Howley-Smoot, aprovada poucos anos antes. Como naquela época, não poucos representantes do mundo de negócios defendem o ponto de vista de que as tarifas aduaneiras sôbre as matérias primas e os produtos semi-manufaturados que necessitavam para a produção, são demasiado elevadas e que são demasiado baixas as tarifas para os artigos que êles produzem."

Exemplo peculiar são as exigências do Instituto Norte-Americano de Ferro e Aço, cujos representantes declaram que são demasiado elevados os direitos protecionistas sôbre as matérias primas que importavam e que, por outro lado, as tarifas sôbre os produtos de aço eram demasiado reduzidas para impedir o "dumping" desses produtos nos Estados Unidos. Afirmação típica do ponto de vista protecionista de numerosos representantes dos interesses, da economia norte-americana foi feita pelo presidente da Associação Nacional da Indústria de Lã: "As conversações mútuas em tôrno das barreiras protecionistas que gravam a lã constituiam uma ameaça para a indústria de lã dos Estados Unidos, uma vez que a indústria norte-americana era sumamente vulnerável, devido à grande diferença de salários entre os Estados Unidos e a Inglaterra."

Está claro que, em tais circunstâncias, a aplicação da *exceção* de que vínhamos falando é uma arma excepcionalmente perigosa em mãos dos Estados Unidos.

WALL STREET SAIRÁ GANHANDO

Admitamos, por exemplo, que a Inglaterra tivesse de renunciar ao sistema de tarifas preferenciais, em troca de uma redução considerável nos direitos protecionistas norte-americanos. As mercadorias dos Estados Unidos invadiriam imediatamente a maior parte dos mercados do Império, onde já penetram em abundância, a despeito das citadas tarifas. A fim de compensar a redução das vendas no Império, a indústria inglesa teria que adaptar-se às exigências do mercado norte-americano. Se dentro de um ano ou dois os Estados Unidos, exercendo a cláusula de *anulação*, suprimissem a redução das tarifas, isto acarretaria prejuizos irreparáveis à economia inglesa. Realmente, os artigos ingleses seriam novamente desalojados do mercado norte-americano, enquanto que os monopólios ianques se teriam apossado dos mercados do Império britânico. E isto afetaria em maior grau ainda a França e aos demais países capitalistas.

Assim podemos compreender porque as negociações em curso em Genebra, a propósito da redução de tarifas protecionistas para determinadas categorias concretas de mercadorias, tropeçam com tantas dificuldades. Os países mais fracos no terreno industrial poderiam chegar, finalmente, a um acôrdo entre si, mas, como podem defender-se das exigências dos Estados Unidos, reforçadas pela ameaça de suspensão de créditos americanos? Aí está a principal dificuldade da Conferência.

Examinemos agora a política norte-americana do comércio exterior, do ponto de vista da economia nacional dos Estados Unidos em seu conjunto.

COMO RESTITUIR OS CRÉDITOS

Em 1946, os Estados Unidos venderam no estrangeiro artigos no valor de 12 bilhões de dólares, incluída a receita de venda de material bélico excedente em diversos países. Por sua vez, as compras realizadas no exterior totalizaram apenas 5 bilhões de dólares. Mais de 7 bilhões de dólares de mercadorias foram exportados sem compensação direta. Certa parte dêles foi exportada sem qualquer compensação (incluidos aqui os envios da U.N.R.R.A.), e a maior parte em forma de créditos oficiais e do Banco de Exportação e Importação. É evidente que os Estados Unidos, tanto no ano em curso como no período imediato geral, só poderão exportar a crédito as mercadorias não destinadas, dada a atual distribuição da renda nacional, ao mercado interior.

Os créditos concedidos a outros países deverão reintegrar-se mais tarde, com juros. Mas, em que forma natural podem e devem ser restituidos? A agricultura dos Estados Unidos fornece uma quantidade de produtos alimentícios, além de algodão e fumo, que supera as possibilidades de venda no mercado interno. Os grandes monopólios comerciais norte-americanos abrigam a firme decisão, e para isto têm suficiente poder, de criar obstáculos à amortização dos créditos em forma de artigos industriais.

Por isso, a política comercial norte-americana tem por objetivo lançar, sem interrupção, mercadorias para o estrangeiro sem compensação direta. Em outras palavras, isto significa vender sem lucros. Se levarmos em consideração um longo prazo, é um absurdo econômico. Se os Estados Unidos querem exportar durante longo tempo muitas mercadorias, também terão que importar muitos produtos. Não pode ser de outra forma. Nisso consiste a contradição interna da atual política comercial da América.

Tudo isso demonstra que a tentativa dos Estados Unidos de impôr, hoje, aos demais países capitalistas os princípios da política comercial do século 19, quando a forma de produção capitalista estava em progresso, não proporcionaria, de modo algum, o *saneamento* do sistema capitalista da economia mundial e não faria senão agravar sua instabilidade.

No momento, seria prematuro fazer conjeturas sôbre as possíveis consequências da Conferência de Genebra, tanto mais quanto as negociações sôbre as mútuas concessões protecionistas se conservam em segredo. Tudo leva a crer que as conversações se prolongarão e que possivelmente terminarão em algum compromisso. A isto alude a declaração de Clayton, transmitida a 17 de abril pela agência Reuter, acêrca de que os Estados Unidos não estão muito interessados na anulação de todas as preferências comerciais. Clayton acrescentou que "os Estados Unidos e os demais países não estão ainda preparados para a liberdade absoluta de comércio".

As palavras de Clayton provam que, ante a resistência da Inglaterra e de outros países menos desenvolvidos industrialmente, como por exemplo, a Índia, estão dispostos os Estados Unidos a renunciar à realização imediata e total de seu programa e a conformar-se com um êxito parcial. Outra orientação poderia pôr em perigo a Conferência Comercial Internacional prevista para este ano e determinar grave crise nas relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra.

Quanto à União Soviética, era sabido que não participaria da Conferência de Genebra. Alguns órgãos da imprensa estrangeira tratam de interpretar essa ausência como parte de uma atitude hostil à cooperação internacional. Naturalmente, invenção tão estúpida está totalmente destituida de fundamento. A abstenção da União Soviética significa ùnicamente que os problemas debatidos na Conferência de Genebra não oferecem interesse direto à URSS, onde o comércio exterior constitui monopólio do Estado, como elemento inquebrantável de seu sistema econômico. Naturalmente, a União Soviética sempre está disposta a cooperar com todos os demais Estados pacíficos, e isso o demonstra pràticamente opondo-se sempre a todas as intrigas dos inimigos da cooperação internacional, que pretendem substituí-la por uma política de imposição de sua vontade ao mundo inteiro.

(N. da R. — Este artigo de Eugênio Varga, cuja primeira parte publicamos no número passado, apareceu originalmente no n.º 20 de "Tempos Novos", de Moscou, em maio último.)

A CRISE NA INDUSTRIA...

(Conclusão da 3.ª pág.)

como exemplo basta que se verifique a baixa de preços havida no xarque que, antes custando treze cruzeiros já está sendo vendido a sete e cinquenta centavos, o que sucedeu com outros produtos. A situação não oferece nenhuma segurança, pois o govêrno continua indiferente aos problemas do povo, preocupando-se exclusivamente com uma desumana perseguição aos comunistas e democratas. Por isto, assistimos todos os dias a passagem de levas e mais lavas de trabalhadores que, fujindo dos centros industriais ou do campo, rumam para o Rio ou S. Paulo, em busca de uma vida menos miseravel.

Corroborando o que dizemos acima, vale transcrever aqui palavras pronunciadas na Assembléia Constituinte do Estado pelo professor Aurelio Viana, deputado udenista:

"Sr. Presidente. Centenas de pessôas morrem de fome em Rio Largo, desesperam-se e não têm para quem apelar. Morrem de fome, sr. Presidente, srs. Constituintes. E' este o termo. Esta é a dura e dolorosa verdade E eu não posso deixar de culpar o general Dutra pela miséria que vi. Não posso deixar de acusar êsse govêrno incapaz, absolutamente incapaz, servo de sua incapacidade, pela morte por inanição de mulheres de operários. E' o governo o responsável pela crise na indústria de tecidos. E' o govêrno, portanto, pela incapacidade de enxergar os erros, o [illegible] das consequências dessa crise".

As acusações dos comunista se vêem, assim, confirmada por políticos de outras correntes. O proletariado e o povo de Alagôas, que sentem a miséria na própria carne, reconhecem nos comunistas os verdadeiros defensores dos interêsses nacionais e repudiam a tirania do sr. Silvestre de Gois Monteiro, testa-de-ferro de uma oligarquia exploradora, que infelicita o Estado.

DE GAULLE, UM CÍNICO...

(Conclusão da 8.ª pág.)

velada a categoria social predominante entre os partidários da volta de De Gaulle ao poder — banqueiros, grandes industriais, grandes comerciantes relacionados com os "trusts" e cartéis, politicamente ligados às correntes direitistas e até mesmo ao antigo govêrno de Vichi.

Mas sabemos que a reação na França, como em todo o mundo capitalista, é hoje sustentada não só pelos monopólios do próprio país, como fortemente estimulada pelo imperialismo americano, através de "ajudas" como o "Plano Marshall". Então, podemos constatar que quem serve realmente a "interêsses estrangeiros", interêsses estranhos aos do povo de seu próprio país, é de De Gaulle e não os comunistas por êle acusados.

E é o caso de relembrarmos um provérbio napolitano: "*Os bois chamam os burros de cornudos*"...

OS ESTADOS UNIDOS QUEREM PRIVILÉGIOS PARA SUAS MERCADORIAS EM TODO O MUNDO

Por EUGÊNIO VARGA
(Famoso economista soviético)
II
(Conclusão do número anterior)

OS ESTADOS UNIDOS PREVEEM A CRISE — Por que os Estados Unidos perseguem com tanta obstinação êsse objetivo? A história econômica dos Estados Unidos durante os últimos 30 anos prova que sua potência produtiva ultrapassa consideràvelmente a capacidade de seu mercado interno. Daí, o desemprêgo operário em massa. Atualmente a capacidade de produção da indústria norte-americana intensificou-se particularmente, por causa do número considerável de grandes fábricas construídas durante a guerra que foram adaptadas à produção civil. Ao mesmo tempo se restringe a capacidade de consumo do mercado interno, que a alta dos preços reduz mais ainda. O apogêu da produção continua, mas a crise germina ràpidamente. Quando estalar, assistiremos ao descenso vertiginoso da produção e ao desemprêgo em massa. A política econômica dos Estados Unidos tende a impôr aos demais países o princípio de Nação mais favorecida, a assegurar o aumento da saída de mercadorias para o mercado externo e resolver, assim, ou pelo menos atenuar, o problema das vendas.

A fim de tornar mais aceitável para os demais países essa exigência, preconiza-se a seguinte tése. Graças à eliminação das limitações comerciais, diz-se, aumentará o volume do comércio mundial, o que por sua vez ampliará certamente a produção e o emprêgo de todos os trabalhadores. Esta idéia encontrou êco inclusive no nome da Conferência de Genebra, que oficialmente se denomina Conferência de Comércio e Emprêgo de Mão de Obra.

Não é, entretanto, difícil demonstrar a inconsistência de semelhante gênero de asserções. Suponhamos que em todo o mundo capitalista exista absoluta [illegible] de comércio, não haja tarifas aduaneiras, nem cotas e in- [illegible] Que resultaria disso?

A [illegible] EMPRÊGO

Cada mercadoria seria produzida onde os gastos fôssem menores, inclusive os de transportes, isto é, onde a produção dessa mercadoria exigisse o menor tempo de trabalho. Por conseguinte, na escala mundial, para a produção da mesma quantidade de mercadorias, seriam necessários não mais, porém menos operários que hoje, quando parte considerável das mercadorias se produz em países que, por defenderem as restrições impostas à importação, sua produção resulta mais dispendiosa, isto é, naqueles países onde se inverta maior quantidade de trabalho.

Na sociedade socialista, o mais vantajoso é a produção de todos os artigos onde é possível fabricá-los com menores gastos, uma vez que assim fica assegurado trabalho a todos os membros da sociedade e aumenta o volume total da produção. Mas na sociedade capitalista isso determinaria inevitàvelmente a queda do emprêgo da mão de obra, com a particularidade de que os prejuizos recairiam sôbre os países menos desenvolvidos.

Nas condições atuais, a abolição das restrições comerciais não determinaria [illegible] um aumento mais ou menos considerável do comércio mundial. Os países europeus e China, Japão, etc., adquirem poucas mercadorias no exterior, não porque não sinta necessidade [illegible], mas porque precisam de [illegible] de divisas estrangeiras e de excedentes de mercadorias para pagar a importação de artigos. Se êsses países realizam o comércio bilateral não é porque lhes agrade, ou por má vontade, mas ùnicamente porque só podem comprar no caso de que o país vendedor [illegible] de mais comprador [illegible] paga.

Que [illegible] se prevalecesse a política [illegible] dos Estados Unidos? As mercadorias norte-americanas penetrariam em todos os países capitalistas, e isto ocorreria pelas seguintes razões: Em primeiro lugar, nos Estados Unidos, os gastos de produção de muitos artigos são menos elevados que nos demais países capitalistas, uma vez que dispõem de maquinaria mais moderna. Em segundo lugar, e isto é mais importante, a indústria norte-americana se encontra principalmente em mão dos grandes monopólios. Os consórcios e os trustes, aproveitando sua situação monopolística, mantêm em alto nível os preços do mercado interno. Para evitar a saturação do mercado interno, o que levaria à baixa dos preços, estão dispostos a recorrer ao "dumping", isto é, a lançar para o estrangeiro os excedentes de mercadorias a preços ínfimos, embora sofrendo perdas. Por isso, caso prevalecesse a tendência dos Estados Unidos, adviriam fatais consequências para os [illegible] de indústria mais débil.

Pode objetar-se que ainda que a débil indústria de outros países sofresse os efeitos da concorrência das mercadorias norte-americanas, esses países, em seu conjunto, sairiam beneficiados por obterem artigos mais baratos. Estes argumentos foram levantados não só pelos campeões ingleses do livre-cambismo, no século dezenove, mas também pelos economistas da Alemanha hitlerista, às vésperas da segunda guerra mundial. Com isto, se pretende que os países agrários, industrialmente atrasados, permaneçam perpètuamente nessa situação e que troquem seus artigos alimentícios e suas matérias primas por produtos industriais, sem aspirar a um gráu de desenvolvimento mais elevado.

Entretanto, pelo menos a Inglaterra e a Alemanha compravam gêneros alimentícios e matérias primas dos países para onde exportavam seus artigos manufaturados. Por sua parte, os Estados Unidos não podem ser compradores desse tipo, porque dispõem de excedentes de gêneros alimentícios e necessitam apenas de limitadíssima importação de matérias primas.

Antes da guerra, os Estados Unidos importavam, em proporções consideráveis, borracha, sedas e óleos vegetais. Durante a guerra, se ampliaram ràpidamente as produções de borracha sintética e de sêda artificial (nylon) e o cultivo da soja. Por isso, reduziu-se grandemente a necessidade de importar tais artigos.

Os Estados Unidos não só experimentam necessidade diminuta de importar artigos estrangeiros, mas, ainda, com a ajuda de elevadas tarifas aduaneiras protecionistas, dificultam a sua importação, no interesse de seus próprios produtores, industriais e agricultores.

OS E. [illegible] VENDERIAM MAS NÃO COMPRARIAM

E' este o ponto mais vulnerável de tôda a campanha norte-americana em prol do sistema de Nação mais favorecida. Por acaso os demais países podem adquirir artigos nos Estados Unidos se estes, por sua vez, não lhes comprar?

Em 1946, os Estados Unidos exportaram artigos num total de mais de 9 bilhões de dólares, sem contar, naturalmente, a venda de excedentes de material de guerra no estrangeiro, enquanto que suas compras no exterior atingiam menos de 5 bilhões de dólares. E isto apesar da restrição de [illegible]

Tampouco existe alguma perspectiva de que os Estados Unidos permitam a livre entrada de mercadorias estrangeiras, reduzindo verticalmente as suas tarifas aduaneiras protecionistas. Para muitos poderosos monopólios, isso equivaleria a ameaçar seus superlucros. E' certo que nos Estados Unidos existe a lei que autoriza o presidente a diminuir em 50% as tarifas aduaneiras nos tratados de comércio, mas essa redução não abriria o mercado norte-americano nem sequer aos artigos industriais da Europa. Sir Staford Cripps, Ministro inglês de Comércio, declarou que a redução de 50% nas tarifas aduaneiras norte-americanas não significaria compensação suficiente para o abandono do sistema de direitos preferenciais.

As seguintes cifras oficiais (em libras esterlinas) do comércio exterior da Inglaterra, em 1946, provam que essa afirmação é certa:

	Estados Unidos	*Países do bloco esterlino e Canadá*	*TOTAL*
Exportação.	48.000.000	489.000.000	912.000.000
Importação.	262.000.000	652.000.000	1 208.000.030

Estas cifras demonstram que em 1946 a Inglaterra enviou para os países do Império mais da metade de suas exportações e para os Estados Unidos menos de 6%. Ao mesmo tempo, 20% de suas importações procederam dos Estados Unidos.

RAZÕES DO POUCO ENTUSIASMO INGLÊS

Por conseguinte, teria que abrir muito amplamente suas portas o mercado norte-americano aos artigos ingleses, para estabelecer ao menos a paridade entre a importação e a exportação, sem falar já de compensar a redução da venda nos Domínios e Colônias, em caso de se anularem as tarifas protecionistas.

E' também duvidoso que, inclusive na importação não gravada por tarifas aduaneiras, as mercadorias inglesas pudessem competir com as norte-americanas. Em tais circunstâncias, é compreensível que os meios ingleses não manifestassem entusiasmo algum pelas negociações de Genebra.

A 10 de abril dizia o "Times" de Londres:

"Do ponto de vista inglês, o debate sôbre a eliminação das tarifas imperiais de preferência, em troca da prometida redução de tarifas, será provàvelmente o ponto mais importante das conversações. Os limites das concessões e das exigências têm sido objeto de deliberações na Conferência dos países do Império, em Londres, e seria inútil fazer conjeturas acêrca da decisão adotada (os resultados das negociações se mantinham em segredo.— E. V.). Mas há duas considerações absolutamente claras: as tarifas preferenciais do Império constituem algo mais que uma relação econômica, e na comunidade britânica de Nações se considera que essa relação não pode debilitar-se senão em troca de sérias [illegible]

(Conclui na 7.ª pág.)

O BRASIL É CAPAZ DE EXPLORAR O SEU PETRÓLEO

EM CONFERÊNCIA NO CLUBE MILITAR, O GENERAL HORTA BARBOSA DESFAZ OS ARGUMENTOS DO GENERAL JUAREZ TAVORA, DOS CARLOS LACERDA E DEMAIS CAPITULADORES — A BATALHA CONTRA OS TRUSTES PODE SER VENCIDA

O problema do petróleo em nosso país continua muito justamente a apaixonar a opinião pública, ligado à situação política nacional, debatido num dos momentos mais graves para o Brasil, quando se trata da defesa da nossa soberania, não é de admirar que em tôrno dêle se levantem vozes discordantes e se generalize a expectativa por uma solução justa e imediata.

Vimos, na semana passada, o sr. Afonso Arinos pedir na Comissão de Constituição e Justiça o arquivamento dos projetos da bancada comunista em favor da nacionalização das jazidas petrolíferas e da criação de um Instituto Nacional do Petróleo, capaz de superintender a exploração dessa grande riqueza nacional. Foi, não há dúvida, um golpe dos inimigos do nosso povo, os trustes petrolíferos dos Estados Unidos, contra a nossa soberania.

Mas nem por isso a batalha pode ser considerada ganha pelos senhores imperialistas e seus advogados. Ao contrário, há cada vez maiores perspectivas de uma vitória esmagadora sôbre os trustes, na medida que a opinião popular se esclarece e luta em defesa da sobrevivência da democracia.

DEPOIMENTO DE UM TÉCNICO

Também na semana passada, apareceu no "Jornal de Debates" um documentado artigo do engenheiro civil Fernando Luiz Lobo Carneiro, ex-técnico do Conselho Nacional do Petróleo, desfazendo os argumentos do grupo partidário da capitulação aos americanos, cujo porta-voz na imprensa tem sido o jornalista e vereador Carlos Lacerda.

O sr. Fernando Carneiro demonstra que tôda a argumentação do sr. Lacerda é falsa, baseada em dados falsos e, quando os dados são verdadeiros, as conclusões tiradas pelo jornalista são adrede torcidas em favor de suas teses capitulacionistas. Desfaz assim as proposições do sr. Juarez Távora em suas recentes conferências no Clube Militar, as quais haviam sido resumidas pelo articulista do "Correio da Manhã", em particular a que se refere a uma possível escassez de petróleo no continente americano, em caso de guerra, quando, segundo o sr. Lacerda, as disponibilidades dos Estados Unidos ficariam reduzidas a 40% das suas necessidades. Prova o sr. F. Carneiro, com dados os mais recentes, aparecidos em publicações autorizadas norte-americanas, que isto não é verdade, uma vez que os Estados Unidos, sozinhos, têm produzido constantemente mais de 60% do petróleo mundial e, dispondo da produção da Venezuela, contam com mais de 70%. Ficou assim destruído o principal "argumento" dos entregacionistas.

A CONFERÊNCIA DO GENERAL HORTA BARBOSA

Quarta-feira, 30, o general Horta Barbosa, antigo Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, trouxe novamente a público os debates sôbre petróleo. A sua conferência, patrocinada pelo Clube Militar e presidida pelo general Cesar Obino, mostrou que continua em crescendo o interêsse popular por êsse problema, contando com uma assistência bem mais numerosa do que as conferências, do sr. Távora.

Inicialmente, o general Horta Barbosa coloca-se em polo oposto ao do sr. Juarez Távora por seu otimismo quanto às nossas reservas petrolíferas. E' um otimismo de quem conhece de perto as questões técnicas relacionadas com o assunto, de quem estudou durante anos a fio as pesquisas, seguindo de perto as primeiras perfurações que comprovaram a existência do óleo mineral na Bahia. O general Horta se apoia sempre nos fatos e não em simples conjeturas, como fez seu antecessor. Cita as experiências internacionais, tanto nos países altamente capitalistas, produtores-consumidores, como os Estados Unidos, como nos países semi-coloniais, produtores-exportado-

(Conclui na 7.ª pág.)

DE GAULLE, UM CÍNICO AGENTE DO IMPERIALISMO IANQUE

CALUNIANDO OS COMUNISTAS FRANCÊSES E A UNIÃO SOVIÉTICA, TORNA-SE CADA VEZ MAIS IMPOPULAR O LÍDER REACIONÁRIO

O general De Gaulle voltou a falar, levantando suas costumeiras acusações contra os comunistas franceses e contra a União Soviética. O discurso do general seria um simples assunto de política interna de seu país se mais uma vez não tratasse de espalhar o temor da guerra, pretexto que tem servido à reação e aos remanescentes do fascismo para melhor servirem aos designios imperialistas.

De Gaulle acaba de colocar-se abertamente em favor da política reacionária ianque para intervir nos assuntos privados das nações européias — é a principal conclusão que tiramos de seu discurso. E a fim de favorecer essa política, sustentada hoje pelos socialistas dos srs. Blum e Ramadier, pelo MRP e demais correntes direitistas, De Gaulle investe furiosamente contra os comunistas, repetindo "slogans" desmoralizados, como êsse de que o "Partido dos Fuzilados" serve a interêsses estrangeiros, etc. Quanto à União Soviética, reconhecida por todos os povos amantes da liberdade como o principal fator de destruição da escravização nazista e sustentáculo da paz, De Gaulle repete a sórdida propaganda fascista em voga dêsde a guerra.

"Todo mundo sente que o perigo está de novo iminente", disse o antigo chefe militar da Resistência francesa no exterior. Mas o perigo para De Gaulle e demais reacionários franceses não é o imperialismo norte-americano; é a União Soviética, da qual De Gaulle considera "agentes" os comunistas franceses.

Enfim, De Gaulle não trouxe nenhuma novidade em seu discurso. Apenas se mostrou mais violento, mais agressivo e também mais claramente ligado à reação em seu país e no exterior. Por que agirá assim o homem que não se submeteu a Vichi e lutou contra o hitlerismo?

Não há dúvida que o motivo fundamental determinante da posição assumida por De Gaulle é o desespero em que se encontram os setôres mais reacionários da classe dominante da França, ante o crescimento das fôrças operárias e progressistas no país e, simultâneamente, a [illegible] das fôrças chamadas conservadoras. Expressão disto, no campo político, é a posição majoritária do Partido Comunista nas últimas eleições e seu crescente prestígio em defesa dos máximos interêsses do proletariado e do povo franceses, quando os imperialistas cogitam novamente de rearmar a Alemanha. Pelo fato de reconhecer isto é que De Gaulle aparece tão exasperado contra os comunistas. Reconhecem os reacionários que a atitude assumida pelos comunistas está de acôrdo com os interêsses da nação francesa, que na sua imensa maioria repele o "Plano Marshall" de ajuda à Alemanha.

E não é por acaso que a voz de De Gaulle se encontra no ar como a de um traidor da França durante a guerra, o antigo ministro Paul Raynaud, no mesmo tom, enquanto, segundo a Associated Press, um líder do govêrno francês declara que "*os comunistas estão revigorados*" em consequência das notícias de que os Estados Unidos são favoráveis à recuperação industrial da Alemanha". Reconhece, portanto, que os interêsses vitais da França são defendidos pelos comunistas. Onde, então, o "serviço ao estrangeiro", a que se refere De Gaulle?

A verdade é que De Gaulle renega um glorioso passado, bem recente, pois foi o primeiro chefe de govêrno a chamar os comunistas à colaborarem no govêrno, tendo também assinado um pacto em nome da França com a União Soviética.

Devido a posições equívocas como a que assume neste momento, é que o prestígio do famoso general francês da resistência decái, dia a dia. Em maio último, o Instituto de Opinião Pública da França, num inquérito entre os franceses — "*Desejais que De Gaulle volte ao poder?*" — revelava que 36% respondiam afirmativamente, enquanto 55% negativamente e os restantes não opinavam. Agora, a 26 de julho tindo, o mesmo Instituto realiza o mesmo inquérito e obtem o seguinte resultado: pela volta de De Gaulle, 31%; contra, 51% e 18% sem opinião.

Entretanto esse inquérito não estaria completo se não fôsse re-

(Conclui na 7.ª pág.)

Um «pan-americanista» de Washington: — A América Latina é um presunto, que nós havemos de comer.